

Políticas Públicas de Educação Ambiental e Participação Social “Um Olhar Soroptimista”

Silvana Alves dos Santos

**Relatório de Estágio de Mestrado em
Ciência Política e Relações Internacionais**

Marco, 2013

Relatório de estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento.

Este trabalho de investigação é apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção da certificação académica correspondente ao período de investigação – 2º ano – do Programa de Estágio do Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Globalização e Ambiente da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/Universidade Nova de Lisboa realizado no CEPEMA – Centro de Pesquisa e Meio Ambiente de Cubatão/Poli USP Brasil.

Realizado sob a orientação científica da Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmiento, professora titular de Ciências Políticas em Relações Internacionais do Departamento de Mestrado da UNL e Diretora do Observatório Político de Portugal.

Encontra-se enquadrado na área temática “Globalização e Meio Ambiente” e respetivo sub tema: Políticas Públicas de Educação Ambiental e Participação Social “Um Olhar Soroptimista” que se revestem de relevância para investigação deste trabalho.

Este trabalho de investigação foi realizado pelo respectivo autor.

Dedicado ao meu maior incentivador: Meu Pai (in memoriam),

Muito obrigada pai pelos anos vividos na Vila dos Pescadores em Cubatão, enquanto criança, em uma época em que convivíamos com as aves e com a poluição a céu aberto e ali em um ambiente favorável a degradação e próximos do mangue, onde você pescava quando não trabalhava na Estrada de Ferro, pude me sentir como um pássaro e voar em buscas de voos maiores e longínquos em terras lusas, e no momento oportuno onde às gestões publicas devem estar voltadas para questões socio ambientais mais favoráveis voltar ao ninho e assim...

...Como os Guarás que retornaram ao Manguezal, voltei a Cubatão para a realização deste trabalho e me despedir de alguém que partiu deste plano me ensinando a mais gratificante lição:

Maior do que tudo: E o Amor...

Agradecimentos,

Todas as palavras que se possam ser escritas neste momento são poucas, para agradecer a toda (o)s que contribuíram para chegar ao fim de uma etapa, sem dúvida, significativa pela nova e gratificante experiência.

Dentre as muitas pessoas que colaboraram para que um processo, sem dúvida, de grandes aprendizagens, pudesse resultar neste produto, deixo os mais sinceros e sentidos agradecimentos:

Aos amigos e pessoal da biblioteca municipal de Cubatão pelas horas de ajuda nas pesquisas, em especial ao João do arquivo histórico.

Aos professores que facultaram dados, informações, teses, publicações, partilha de opiniões e colegas do Curso de Mestrado pela troca de informações que muito nos ajuda neste processo.

A Secretaria Municipal de Educação de Cubatão e de Meio Ambiente pela contribuição em meu sincero agradecimento a Câmara Municipal de Cubatão pelo material emprestado.

A minha amada sobrinha Amanda Araújo de Almeida pela dedicação e contribuição com pesquisas, digitalizações e carinho incontestado prestado.

A todas as pessoas que, incondicionalmente, ajudaram na disponibilização de informação que contribuiu para tornar este trabalho no melhor possível e meu estimado obrigado à Professora Cristina Sarmiento do Observatório Político em Lisboa por me apoiar nesse processo.

Resumo

No estudo apresentado utilizamos uma investigação de análise qualitativa tendo por base experiências concretas nas estratégias locais de sustentabilidade por meio da conceptualização e perspetiva política dos intervenientes do poder local, os quais denominamos de promotores, participantes e potencialmente participantes no processo.

Pretendemos proporcionar uma reflexão crítica acerca das estratégias preconizadas pelo desenvolvimento sustentável local e compreender os processos de participação social nas ações de intervenção, tendo como base o município de Cubatão, a luz da educação ambiental e participação cidadã como dialogo entre as políticas públicas e a problemática socio ambiental local.

Apresentamos na primeira parte da pesquisa três capítulos onde se faz um enquadramento teórico sobre participação social e sua relação com a educação ambiental e respetivas implicações na agenda 21 Local. A segunda parte é apresentada em dois capítulos, mergulhamos no estado da arte propriamente dito e apresentamos a metodologia e o contexto da investigação. A terceira parte, constituída pelo referencial empírico, faz a análise e interpretação documental e do conteúdo das entrevistas. Finalizamos esta dissertação com as conclusões e considerações.

Salientamos que este estudo qualitativo e analítico não esgota as possibilidades de debates sobre a temática, antes busca servir de base a outras discussões.

Palavras-chave: Educação Ambiental; Desenvolvimento Sustentável; Estratégias de Sustentabilidade; Participação Social; Políticas Publicas;

Abstract

In the presented study we use an investigation of qualitative analysis taking concrete experiences as a base in the local strategies of sustainable and through the conception and perspective politicizes of the intervenient ones of the local power, what we call of promoters, participants and potentially participants in the process.

We intend to provide a reflection it criticizes about the strategies extolled by the sustainable local development and to understand the processes of social participation in the actions of intervention, taking the local authority of Cubatão as a base, by the environmental education and participation citizen as dialog between the public politics and the problematic local socioambiental.

We present in the first part of the inquiry three chapters where a theoretical framing is done on social participation and Local Agenda 21 relation with the environmental education and respective implications between them. The second part is presented in two chapters; we plunge into the state of the art properly said and present the methodology and the context of the investigation. The third part constituted by the empirical referential system, does the analysis and documentary interpretation and of the content of the interviews. We finish this dissertation with the conclusions and considerations.

We point out that this qualitative and analytical study does not exhaust the means of discussions on the theme, before it looks to serve of base to other discussions.

Key words: Environmental education; Sustainable Development; Strategies of Sustainable; Social Participation; Public Politics

"Só a participação social é capaz de mudar um país".

"Miséria é imoral. Pobreza é imoral."

Talvez seja o maior crime moral
que uma sociedade possa cometer".

Lema Social

Herbert de Souza (Betinho)

Índice Geral

INTRODUÇÃO	14
1.1 Escolha do tema	17
1.2 Delimitações da investigação	17
1.3 Hipóteses	18
1.4 Objectivo geral	19
1.5 Justificação e estrutura	20
1.6 Cronologia	21
I PARTE	
Capítulo I	
Participação Social	25
1.1 Participação social e cidadania no Brasil	28
1.2 Desenvolvimento sustentável no Brasil	30
1.3 Política do ambiente e educação ambiental no Brasil	31
1.4 Teoria e pratica educativa no município de Cubatão	33
1.5 “De bem com o Mangue”	36
Capítulo II	
Políticas Públicas e Participação Social: Agenda 21	38
2.1 Agenda 21 Global	38
2.2 Agenda 21 Brasileira	39
2.3 Agenda 21 Local	39
2.4 Agenda 21 de Cubatão	44
2.5 Um Olhar “Soroptimista”	46

II PARTE

Capítulo III

A metodologia da Investigação.....	56
3.1 As estratégias qualitativas.....	58
3.2 A delimitação da análise.....	59
3.3 Dados da investigação	64

III PARTE

Capítulo IV

Cubatão em Contexto.....	70
4.1 O poder local no Brasil	70
4.2 O município político-administrativo de Cubatão.....	72
4.3 Cubatão na colonização.....	76
4.4 Cubatão na geografia.....	78
4.5 Cubatão no tempo.....	81

Capítulo V

Verificação e Interpretação dos Dados	85
5.1 Leitura sobre o estudo de caso.....	87
5.2 Atores políticos na educação ambiental... ..	94
5.3 Estratégias de participação social	99
5.4 Programas de educação ambiental	103

Conclusões e Considerações Finais	105
--	------------

Bibliografia.....	107
--------------------------	------------

Anexos.....	112
--------------------	------------

ÍNDICE DE QUADROS

QUADROS

1: Etapas do trabalho de Investigação	22
2: Principais políticas públicas para Educação Ambiental no Brasil desde os anos 80.....	32
3: Objetivos gerais de uma Agenda21 Local.....	42
4: Fases do processo de implementação da Agenda21 Local.....	43
5: Temas e Projetos Agenda 21 Cubatão.....	43
6: Relação de Prefeitos de Cubatão	73
7: Categorias de Análise.....	95
8: Participação social.....	96
9: Educação ambiental.....	97
10: Desenvolvimento sustentável.....	97
11: Políticas ambientais.....	98
12: Comunicação ambiental.....	98
13: Rede de ensino-sistema educativo.....	99

GRÁFICOS

1: População por faixa etária (Censo 2010).....	79
2: Evolução Populacional de Cubatão.....	79
3: Despesas e Receitas orçamentárias de Cubatão.....	80

ÍNDICE DE MAPAS E FIGURAS

MAPAS

1: Localização de Cubatão.....	78
2: Evolução Urbana até 1950.....	89
3: Evolução Urbana após 2000.....	89
4: Atual legislação urbana	92
5: Plano Diretor- Zonas de uso.....	94

FIGURAS

1: Tipologia de representações do ambiente.....	35
2: Orientações para o desenho de investigações”qualitativas”	57
3: As fontes documentais	66
4: Reprodução da página do jornal <i>The New York Times</i>	74

*“Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela
tampouco a sociedade muda.”*

Paulo Freire

Introdução

Este trabalho tem como principal finalidade estudar e compreender o paralelo entre os processos participativos e o enfoque de educação ambiental nas estratégias locais de sustentabilidade numa perspectiva feminina, tendo como suporte metodológico o estudo de caso baseado na implementação e reformulação do Plano Diretor Municipal de Cubatão, cidade situada no Estado de São Paulo/Brasil. Pretende-se, igualmente, com este estudo, estabelecer uma base inicial de trabalho para a tese de doutoramento em Educação Ambiental e Participação Social com foco nas políticas públicas locais voltadas para a melhoria de condição de vida das mulheres no contexto sociopolítico.

O município de Cubatão, para contexto desta investigação, satisfaz os requisitos necessários para o desenvolvimento do respetivo projeto, tendo em conta dois fatores principais: como ensaio de investigação oferece as condições logísticas e de ordem académico-científica para o estudo de caso, no âmbito do objeto de estudo definido; e é facilitado por ser a área geográfica e político-administrativa onde o investigador está integrado. O estudo refere-se ao período temporal desde 1980 até 2012.

A pesquisa enquadra-se em uma área temática de educação ambiental, baseando-se na articulação entre duas linhas de investigação: “políticas públicas de educação ambiental para o desenvolvimento sustentável” e “o desenvolvimento de estratégias locais e regionais de educação ambiental”.

A opção por estas linhas de investigação esteve ligada, por um lado, ao percurso pessoal e profissional do investigador e, por outro lado, à necessidade sentida a nível académico e científico de se desenvolverem estudos empíricos que possam contribuir para melhorar as estratégias e as práticas de participação social, principalmente das mulheres, na intervenção educativa, diante da problemática ambiental a nível local e comunitário.

As últimas décadas do século XX se tornaram notórias no preenchimento de reuniões internacionais, nacionais e locais com o patrocínio de diferentes tipos de organizações e com a presença de governos, organizações e movimentos sociais, para se tratar de questões ambientais que se manifestam à escala global.

Cientes de vivermos num mundo globalizado e sem fronteiras interdependemos em varias áreas distintas como econômica, social, ecológica, em função disto, reconhecemos na educação um papel importante na resolução ou minimização dos problemas socio ambientais através de responsáveis e eficazes, e adequadas aos contextos espaciotemporais (Caride e Meira, 2004; Carvalho, 1992; Gadotti, 2002; Gaudiano, 2003b;Leff, 2000; Sauvé, 1997).

Como resultado das reuniões e fóruns internacionais podemos concluir, conforme Cezero (1997: 9), que nos finais do século XX “a preocupa  o era visível” e “mais do que nunca tornava-se prioritário a necessidade de atuar”: o aparecimento de problemas ambientais locais, de alguma forma se impõem de maneira globalizada ultrapassando fronteiras. Como consequência do não comprometimento nos compromissos tem-se gerado um aumento do esgotamento dos recursos, da injustiça, da pobreza, das guerras e do consumo exagerado, que se tornam as causas principais da crise ambiental do mundo de hoje.

Os paradigmas associados ao crescimento desenfreado oriundos da industrializa  o, a crença na racionalidade instrumental e a confiança no poder do ser humano começaram a ser postos em causa face aos resultados produzidos. Estamos diante de uma questão   tica fundamental do nosso tempo que consiste em avaliar a a  o humana com base numa aliança entre o saber biológico e os valores humanos, de modo a realizar a ponte para o futuro proposta por Van Rensselaer Potter em 1971, na sua obra intitulada Bioethics: A Bridge to the Future.

“Não está em jogo apenas a nossa existência física, mas também a nossa própria identidade como seres racionais, uma vez que somos os únicos seres com esta característica, o que nos confere a obriga  o de agir enquanto tais para nosso próprio proveito.”

A partir de então, fomos submersos a uma nova consciência política com inten  o  es reparadoras no âmbito socio ambiental, cientes da crise ecológica que o mundo atravessa, buscamos um novo modelo de desenvolvimento que passe por uma indissociável rela  o entre natureza e sociedade.

Consequentemente aos problemas ambientais, cuja resolu  o constituía-se de desafios, ficou evidente que as Na  o  es Unidas deveriam interferir e agir neste processo transformador. Desta forma realizou-se, no Brasil, em 1992, a Conferência das Na  o  es

Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento (CNUAD), também conhecida por “Cimeira da Terra”, onde estiveram representados oficialmente 172 países com a presença de 102 chefes de Estado e Governo, incluindo o Brasil, e onde foram aprovados 4 documentos oficiais entre eles, a Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento.

A Declaração evidencia a informação e a participação social no seu princípio 10º onde refere que para se tratar das questões ambientais é imprescindível assegurar a participação dos diversos sectores da sociedade e que, ao nível nacional, cada pessoa terá a oportunidade de participar em processos de tomada de decisão. Para isso os governos de cada Estado devem assumir o compromisso de facilitar e incentivar a participação do público, disponibilizando o máximo de informações através dos meios ao seu alcance.

Neste mesmo ano, 1992, foi realizado um Fórum Global com a representação de mais de 1.500 Organizações não-governamentais (ONG's) surgindo então, como documento alternativo, o Tratado sobre Educação Ambiental para Sociedades Responsáveis e Responsabilidade Global. A essa altura, beirando o final do século XX, com linhas gerais definidas sobre a crise ambiental com muito discurso e mínimas ações praticas evidentes na implementação dos diferentes acordos internacionais, um dos quais, aquele que seria considerado um dos mais ambiciosos da “Cimeira da Terra” Agenda 21 a nível local que mesmo após implantada em vários municípios, da teoria a pratica ainda esta muito longe de se alcançar todos os desafios preconizados.

Embasados por este discurso, vários políticos, técnicos e especialistas, investigadores, ONG's representantes da sociedade civil têm vindo a se dedicar, considerando que a problemática ambiental ocupa lugar de destaque. Dai então, cada vez mais importante os processos educativo-ambientais e os processos de participação social perante os problemas ambientais com que nos defrontamos a nível mundial e local porque em função dessa cultura ecológica daremos resposta a esses problemas de forma articulada e conjunta entre os países e, como refere Caride e Meira, 2004:181 evoluirmos para uma “prática educativa consciencializadora”. Na mesma linha de investigação também concordamos com Vargas (2000) quando refere que a participação do cidadão deve ser efetiva e que tenhamos em conta: a mobilização para uma cidadania ambiental.

Neste sentido, só poderemos entender um programa de desenvolvimento sustentável a médio e longo prazo quando ele tenha claramente previsto, ao nível local, a erradicação das bolsas de pobreza e miséria e que apresentem soluções para a inclusão social efetiva dos

grupos socialmente desfavorecidos, reafirmando a crítica social antiética deixada por Herbert de Souza de que miséria e pobreza são imorais.

1.1 Escolha do tema

Atribuímos a escolha por esse estudo a alguns fatores fundamentais: às motivações pessoais, tanto pela temática quanto pelo contexto do meio envolvente, que nos aliciaram o interesse. Também consideramos pertinente a área em que se esta inserida no mestrado com o sub tema: globalização e ambiente que se revestem de relevância atual. Por outro lado, também tiveram influência na escolha deste estudo de investigação, aspectos diretamente relacionados com a vida pessoal do autor.

Ao longo do percurso pessoal e profissional do investigador salienta-se a experiência e o trabalho desenvolvido como docente na disciplina de Ética e Cidadania no Curso de Meio Ambiente no Centro Paula Souza/Etec Cubatão no ano de 2012, e participação em projetos de cunho ambiental na Rede de Educação Ambiental em Santos no âmbito da educação ambiental (EA) e educação para a cidadania.

1.2 Delimitação da investigação

Iniciamos essa investigação por uma questão/problema sobre o contexto social que pretendemos estudar e, por sua vez, chegamos a outras interrogações que serviram de apoio nesse processo de investigação.

A experiência de alguns municípios brasileiros na elaboração de Planos Estratégicos, Planos Municipais de Meio Ambiente, Plano Diretor, Política Nacional de Resíduos Sólidos e Agenda21 local constituem um importante patrimônio de referência como instrumentos para a definição de estratégias locais de sustentabilidade. Sublinha-se o papel de alguns municípios no envolvimento de vários atores sociais em processos de planejamento de discussão e decisão, na procura de uma visão de longo prazo, reforçando os princípios e objetivos da Educação Ambiental estabelecidos nas Conferências de Belgrado e Tbilisi. Neste sentido atribui-se especial importância em se assegurar o direito à informação, educação, formação e participação de todos os cidadãos, na melhor forma de tratar as questões ambientais, competindo ao Estado e aos Órgãos do Poder Local facilitar e incentivar a sensibilização e participação do público, disponibilizando amplamente as respectivas informações (Ramos Pinto e Meira Cartea, 2003).

Assim foram efetuadas algumas considerações que levamos em conta na orientação da investigação:

- ✓ Quais foram os interesses e real necessidade para se elaborar e implantar o novo (Plano Diretor Participativo)?
- ✓ Existe no município um Plano de Políticas Públicas Municipais para o Meio Ambiente ou estão embasados somente na Agenda 21 local e/ou políticas na esfera estaduais, federal?
- ✓ Que conceito de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental apresenta os políticos e os responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de Cubatão, através dos produtos elaborados?
- ✓ Que conceitos de participação social têm os políticos e governantes do poder local?
- ✓ Como foram elaborados os processos participativos durante as fases do referido plano?
- ✓ Em que medida as opções político-administrativas dificultou ou facilitaram a participação nas fases de elaboração do Plano Diretor?
- ✓ Quem participou efetivamente na elaboração do respetivo plano?
- ✓ Qual é a relação estabelecida entre as estratégias de participação social e os processos educativos?
- ✓ De que maneira houve a participação da mulher considerando-se as diferenças de gênero?

1.3 Hipóteses

Objetivamos identificar na esfera das práticas educativas e da participação social, tendo em conta a realidade sócio ambiental local, os elementos contributivos que levem as políticas públicas a atuar de modo a permitir que elas possam reconsiderar o cidadão como ator principal da esfera pública, verificando evidências de sua utilização em linhas estratégicas municipais.

Salientamos que a metodologia adotada na investigação será a qualitativa e procedimento seguido por dedução/indutivo, através da análise documental, observação e entrevistas, sendo assim as **hipóteses** se adequam na formulação das questões que o problema levanta, pretendendo-se assim encontrar respostas para tais indagações: Partindo do princípio que o processo da Agenda21 local é um processo educativo, as práticas educativo-ambientais e a participação dos diferentes atores sociais se revestem de uma

excelente oportunidade de inserção dos mesmos nas estratégias políticas de ambiente e sustentabilidade, logo:

- 1) De que maneira se deram a organização desses processos participativos e qual a relação na prática relativamente à questão socioambiental?
- 2) Que conceptualizações têm os atores políticos envolvidos nas estratégias locais?

1.4 Objetivo geral

Conhecer, na perspectiva dos políticos e governantes do poder local, os processos participativos enquanto práticas educativo-ambientais, que deverão estar na base das políticas de governabilidade local para a definição de estratégias locais de sustentabilidade e, consequentemente, averiguar quais as práticas educativo-ambientais e quais os processos de participação social que se refletem nos grupos minoritários e, nomeadamente nos processos e nos produtos a partir da elaboração do Plano Diretor Municipal para o Desenvolvimento Sustentável de Cubatão e, finalmente, em que medida se traduzem numa linha estratégica de ação para a implementação do mesmo.

Objetivo específico

- 1) Contribuir para o estudo e sistematização de conceitos relacionados com a participação social, a educação ambiental e o desenvolvimento sustentável;
- 2) Conhecer os processos e métodos de participação social e de intervenção educativa diante da problemática ambiental no município de Cubatão;
- 3) Identificar as práticas educativo-ambientais e os processos de participação social que estão implícitos e explícitos no processo e nos produtos do Plano Diretor e Desenvolvimento Sustentável de Cubatão;

O Capítulo 28 da Agenda21 global reforça o papel dos municípios / poder local;

- 1) promover a mudança cultural na sociedade, com vistas à formação de novos valores e atitudes em relação à autonomia e empoderamento das mulheres;
- 2) estimular a ampliação da participação das mulheres nos partidos políticos locais;
- 3) promover e fortalecer a participação igualitária, plural e multirracial das mulheres nos espaços de poder e decisão, conforme determina o Capítulo 5 do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

1.5 Justificação e estrutura

Quando se começou a reformular o Plano Diretor no município a Agenda 21 Local ficou pronta no mesmo ano, o livro define as linhas estratégicas para o desenvolvimento sustentável no município até o ano 2020, podendo servir de importante contributo que resultem do projeto de investigação e também é um apelo para a elaboração do Plano Municipal de Meio Ambiente, uma vez que poderão criar uma oportunidade, a nível político e socioeducativo, no âmbito da Educação Ambiental e Participação Social, de visando contribuir para analisar a relevância dos processos de participação social e das políticas educativo-ambientais nas estratégias locais de sustentabilidade.

O trabalho de investigação a que nos propomos reúne as seguintes condições que o fazem cientificamente significativo e socialmente pertinente:

- possui atualidade e relevância pedagógica, desde o ponto de vista das suas potenciais contribuições no âmbito da Educação Ambiental, visto que o município é considerado como o maior polo petroquímico do Brasil e teve enorme expansão industrial durante a década de 1970. Já nos anos 1980, teve o seu auge de emissão de poluentes, carregando o estigma de “vale da morte e cidade mais poluída do mundo”, conseguindo reverter este quadro a partir de 1985, tornando-se município referência em recuperação ambiental, quando ganhou o título das Nações Unidas durante a Rio 92. Foi convidada especial na Rio + 20, convenção realizada em Junho de 2012.

- apesar de ainda não contar com um Plano Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável efetivo, previsto na legislação municipal, encontra-se em contrapartida e ainda em fase de estudos a implementação do Plano de Saneamento Ambiental de acordo com a lei municipal nº 3.431, de 14/02/2011 que criou o Conselho Municipal de Saneamento Ambiental.

- o plano de manejo do parque ecológico Cotia Pará, Cubatão, que tem entre os principais objetivos realizar ações visando a integração da comunidade vizinha ao Parque Natural Municipal; proteger o patrimônio arqueológico e cultural; recuperar as condições naturais de locais degradados e desenvolver projetos que estimulem o uso da área de forma adequada como polo cultural e de educação ambiental, incentivando o ecoturismo. Um contributo para a preservação histórico ambiental da cidade, considerando que o mesmo contemplara uma

Unidade de Conservação (UC) Municipal na Região Metropolitana da Baixada Santista, pois foram encontrados um dos maiores sambaquis⁽¹⁾ do mundo. O município será também inserido no rol de municípios com sítios arqueológicos significativos.

A primeira parte é constituída de três capítulos e são apresentados os fundamentos sobre os quais o trabalho de investigação se embasa, tendo como abordagens teóricas a Participação Social e a Agenda21 Local do município.

Como referencial teórico elegemos Boaventura Sousa Santos e Tomas R. Villasante, que nos dá uma concepção de política e democracia participativa; com referência à concepção da perspectiva crítica e fundamentada, em que versam os princípios básicos da educação ambiental, utilizamos Lucie Sauvé, José António Caride e Pablo Meira, com a perspectiva de educação para a cidadania igualmente defendida por Edgar Gaudiano como bases para uma participação social crítica, responsável e de decisões partilhadas.

A segunda parte, constituída pelo capítulo III, apresenta a proposta metodológica do projeto de investigação tratando dos métodos e técnicas qualitativas e a opção na escolha de informações que se prestam à análise em investigação social.




A terceira parte - capítulo IV, composto pelo referencial empírico-contextual em que se apresentam as características do poder público no Brasil de uma forma geral e o poder local em particular e se faz à caracterização ambiental social e económica do município a que se refere o estudo. O estudo se enquadra de uma forma sucinta e objetiva perante o conteúdo e sua análise de interpretação dos dados na investigação. No capítulo V é feita a análise e interpretação documental e do conteúdo das entrevistas. O trabalho termina com as respetivas conclusões.



1.6 Cronologia

De modo a estruturar as fases da nossa investigação apresentamos abaixo a cronologia que nos norteamos para a programação prevista de Fevereiro de 2012 a Março de 2013.

(1) (do tupi tamba'kĩ; literalmente "monte de conchas"), também conhecidos como cascais, concheiros, casqueiros, berbigueiros

Quadro 1: Etapas do Trabalho de Investigação

Dezembro 2011 à Fevereiro 2012		<ul style="list-style-type: none"> ✓ -Planeamento do Projeto de Pesquisa / Pedido a Universidade para finalização do Mestrado propondo o estágio no Brasil ou término da Dissertação. ✓ Avaliação e diálogo com Secretaria do Meio Ambiente e de Educação do Município de Cubatão. Contato com Engenheiro Florestal Carlos André Gaspar. ✓ Viagem a Lisboa para matrícula e apresentação da proposta. Definição de orientação em Lisboa pela Professora Doutora Cristina Montalvão Sarmento.
Março 2012 à Maio 2012		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pesquisa documental e pré – bibliográfica no arquivo histórico municipal e entrevista com Engenheiro Carlos André Gaspar para elaboração do plano de trabalho. ✓ Envio do primeiro plano de trabalho para a orientadora em Lisboa. ✓ III Fórum de Sustentabilidade no CEPEMA Cubatão: Preocupação com a política nacional da lei de resíduos sólidos. ✓ Acompanhamento de ações da prefeitura juntamente com a Secretaria de Meio Ambiente - Feira de Mudas/Parque Anilinas e preparação/discussão sobre a Rio+20. ✓ Entrevistas com alunos ETEC nas áreas de meio ambiente e logística e ética e cidadania - levantamento de questões com relação ao programa “Cubatão Sustentável”, discussão da participação da Cidade na Rio+20, lei de resíduos sólidos e políticas publicas de meio ambiente.
Junho 2012 à Agosto de 2012		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Semana de meio ambiente: ciclo de palestras na ETEC em Cubatão. Participação como docente no Curso Técnico de Meio Ambiente na Disciplina de Ética e Cidadania. ✓ II Workshop de integração das ações de educação ambiental de Cubatão. Definição de uma estratégia de longo Prazo para EA no Município de Cubatão. ✓ Estrutura do relatório definida com o Engenheiro Florestal Carlos André Gaspar. ✓ Envio de pedido de orientação e colaboração ao CEPEMA.

		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Pedido aceite e confirmado pela Universidade em Lisboa ✓ Envio de Protocolo de estágio realizado pelo CEPEMA e não mais pela Prefeitura de Cubatão como previsto, devido a dificuldades do Departamento Jurídico da Prefeitura de Cubatão no ano político com demora significativa na obtenção de Documentos e principalmente assinaturas de responsáveis. ✓ Pesquisa Documental realizada no Arquivo Histórico de Cubatão e biblioteca municipal para fundamentação da Pesquisa. ✓ Entrevistas com atores políticos da Câmara Municipal de Cubatão e visita ao Centro de Referencia da Mulher de Cubatão, como Soroptimista e também investigadora.
Setembro de 2012 á Marco 2013		<ul style="list-style-type: none"> ✓ Redefinição do plano de trabalho ✓ Elaboração do trabalho escrito. ✓ Envio para Observatório Político e orientadora o rascunho do relatório ✓ Readequação do plano de trabalho e finalização em Lisboa do relatório com a colaboração efetiva da Professora Cristina Montalvão Sarmento. ✓ Entrega final na secretaria da universidade para fins de banca.

I PARTE

Capítulo I
Participação social:
Participação social e cidadania no Brasil

Capítulo II
Políticas públicas e participação social: Agenda 21

Capítulo I

Participação social

De acordo com Carvalho (2001): no esforço da sociedade para a reconstrução da democracia no Brasil, após a ditadura militar, a palavra cidadania não só caiu na boca do povo, mas o substituiu na retórica política. “Cidadania virou gente”. Mas o autor se posiciona dizendo que “o fenômeno da cidadania é complexo e historicamente definido” (p.8). Por isso, o exercício de certos direitos não garante automaticamente o gozo de outros. “Isto porque a cidadania inclui várias dimensões e que algumas podem estar presentes sem as outras”. Desta forma, “uma cidadania plena, que combine liberdade, participação e igualdade para todos, é um ideal desenvolvido no ocidente e talvez inatingível”. (p.9)

Assumidamente no Brasil, as políticas sociais, dentro do contexto histórico em que o país se aniquilou no período da ditadura, têm sido um canal motor de obtenção de privilégios evidenciados pelo nepotismo a nível nacional e local. Foi pensada e concebida pelas elites políticas do país que sempre a manipularam ao sabor de seus interesses políticos. Diante disto, essa política idealizada não se constitui de maneira imparcial aos interesses da população, e se manteve um caso de “política pública privada” privilegiada por frações da classe dominante, como visto no “feudalismo” em detrimento da política social referido por (GOMES, 2000b).

Após 1985, quando se deu o fim da ditadura, os direitos civis estabelecidos antes do regime militar, tais como a liberdade de expressão, de imprensa e de organização, foram recuperados, embora muitos deles continuem inacessíveis à maioria da população, concorda Marshall em sua teoria. E embora alguns dos direitos políticos tenham adquirido amplitude nunca antes atingida a partir de 1988, a democracia política não resolveu os problemas mais urgentes, como a desigualdade social e o desemprego. Permanecem os problemas da área social e houve agravamento da situação dos direitos civis no que se refere à segurança individual.

Murilo de Carvalho relata que pela falta de exercício dos direitos civis – o ciclo dos direitos responsáveis pela aquisição da cidadania no Brasil completou-se, mas não consegue atingir as diferentes camadas da população. Como se não bastasse, no

momento em que o ciclo dos direitos parece tomar forma no Brasil, as rápidas transformações da economia internacional ameaçam essa condição, pois exigem a redução do tamanho do Estado – promotor dos direitos do cidadão.

A questão dos direitos no Brasil parece nunca ter sido tão atual. Quanto mais se avança em direção ao aprimoramento das instituições democráticas, menos fica evidente o usufruto do tripé dos direitos que lhe dão sustentação. A pobreza aguda atinge mais de 25 milhões de brasileiros, segundo dados do IBGE, ratifica nossa indignação na consolidação dos direitos sociais. A histórica falta de segurança faz-nos lembrar que o direito civil de ir e vir estão ameaçado a cada vez que nos aventuramos em sair de casa. Os direitos políticos parecem mais fortemente consolidados, embora tratemos de um país onde a prática endógena do exercício democrático é coisa nova. Daí a importância e a justificativa da obra de Murilo de Carvalho, cuja importância pode ser avaliada por seu êxito editorial: lançada em 2001, em 2005 já alcançava sua sétima edição. Em um país em que a não conclusão da cidadania insiste em se eternizar, parecem revigorar-se a cada momento as concepções de José Murilo de Carvalho.

Como sugere o título, “Cidadania no Brasil – o longo caminho”, Murilo de Carvalho diz respeito ao avanço da cidadania no Brasil, enquanto fenômeno histórico. O autor inicia seu trabalho desdobrando a cidadania em três dimensões: direitos civis (direito à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei); direitos políticos (direito à participação do cidadão no governo da sociedade – voto) e direitos sociais (direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde e à aposentadoria). O objetivo geral do autor é demonstrar que no Brasil não houve um atrelamento dessas três dimensões políticas. O direito a esse ou àquele direito, digamos à liberdade de pensamento e ao voto, não garantiu o direito a outros direitos, por exemplo, à segurança e ao emprego. No mesmo sentido, a aceleração dos problemas sociais no país, nos últimos anos, serve de apoio para o autor contrastar as dimensões dos direitos políticos, via sufrágio universal, com os direitos sociais e os direitos civis. A negação desses direitos, vez ou outra no Brasil, é utilizada pelo historiador para dar sustentação à sua tese de que se tem gerado historicamente neste país uma cidadania inconclusa – como na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX.

O discurso democrático somente foi possível a partir da promulgação da Constituição de 1988 que entre outros princípios afirma que *“todo poder emana do povo e em nome dele será exercido”* a partir de um tipo ideal de democracia (forma sociopolítica baseada nos princípios da isonomia que busca conjugar o princípio da igualdade e da liberdade e a real existência das desigualdades, bem como o princípio da legitimidade do conflito e existência de contradições materiais, introduzindo, para isso, a ideia de direitos; sistema que diferencia o poder e o poder dos governantes por meio de leis ou eleições), também concorda Marilena Chauí, filósofa e professora da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP) que existem enormes dificuldades para se instituir de fato a democracia no Brasil. Segundo Chauí:

“De fato, a sociedade brasileira é estruturalmente violenta, hierárquica, vertical, autoritária e oligárquica e o Estado é patrimonialista e cartorial, organizado segundo a lógica clientelista e burocrática. O clientelismo bloqueia a prática democrática da representação — o representante não é visto como portador de um mandato dos representados, mas como provedor de favores aos eleitores”.

Conforme explicitado no início, apresentamos este trabalho como um ensaio de investigação e, por isso mesmo, está cientes da vulnerabilidade que podemos encontrar diante da temática complexa atual considerando tudo que envolve o meio ambiente. Diante disto, não seria possível direcionar este estudo somente do ponto de vista da teoria empírica – antes, entendemos e concordamos com a importância do aprendizado a fim de que pudéssemos interpretá-lo em seu sentido mais amplo.

A Constituição de 1988 propiciou aos municípios certa autonomia administrativa. No entanto, a municipalização, por si só, não garante a democratização do ensino, nem a descentralização do poder de decisão assegura a participação social. Foi instituído a (lei de diretrizes e bases) LDB 9394/96 que implantou os Conselhos Municipais de Educação, aliada a esta Lei foi criada a Lei 9424/96, que orientou a efetivação dos Conselhos de Acompanhamento e controle Social do FUNDEF, também conhecido como “Conselho Gestor”. Porém as leis não bastam para assegurar a democracia e a participação social. Imprescindível ampliar os fóruns de decisão política, permitindo a incorporação de novos sujeitos sociais como protagonistas.

O poder local, representado pelos municípios, precisa definir estratégias de participação e critérios de eleição e representatividade nos Conselhos Municipais para que, enquanto instâncias deliberativas e consultivas, estes possam, de fato, representar os interesses do conjunto de cidadãos.

1.1 Participação social e cidadania no Brasil

A importância do tema parece ter tomado impulso no cenário mundial a partir do conceito apresentado por Brundtland (1991) em seu relatório, no qual está escrito: “O desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Onde se podem identificar dois pontos-chave:

1- conceito de “necessidades”, sobretudo as necessidades essenciais dos pobres no mundo, que devem receber a máxima prioridade;

2 - noção das “limitações” que o estágio da tecnologia e da organização social impõe ao meio ambiente, impedindo-o de atender às necessidades presentes e futuras.

Num universo globalizado, não há questionamento, sobre a necessidade da adoção de políticas públicas que traduzam a garantia do progresso, ainda que segundo alguns autores se estabelecessem freios a este, adequado à capacidade de sustentação do planeta. O EEA Report nº11/2005 da European Environment Agency, por exemplo, associa a questão ao consumo exagerado e à produção de seus efeitos negativos sob um ponto de vista de ordem econômica e descreve tal preocupação:

“A renewed policy focus on sustainable consumption and production (SCP) can be observed, both at the global level and in Europe. With an aim to provide input for European policy-making, this report analyses the environmental effects of household consumption in Europe. We have identified four consumption categories that form a major part of our total consumption expenditure and for which the environmental effects are either large or increasing rapidly. These are consumption of food and drink; housing; personal travel and mobility; and tourism. The negative environmental effects

of our consumption do not only occur in Europe, but also in other regions of the world, mainly as a result of resource extraction, production, processing and transportation of the goods we consume in Europe, and as a result of our personal travel and tourist activities. Attaining more sustainable consumption and production patterns is a common challenge that involves all actors, including public authorities at all levels, business and consumers.”

Evidentemente que não se deve somente avaliar o problema sob o ponto de vista estritamente econômico, sem deixar de contemplar as demais dimensões que o compõem. Pois o diálogo epistemológico do desenvolvimento sustentável e seu futuro, revela relações complexas existentes entre diversas dimensões que interagem, e por causa disto vão originar um número inimaginável de possibilidades. A intenção aqui não é estudar tais dimensões, nem tampouco deixá-las de lado, e sim evidenciar o principal ator, o ser humano, o cidadão como propulsor da cidadania. Apoiado pelo tema dos atuais estudos deste campo científico que parecem questionar as vantagens do modelo dominante pretendeu dar e ouvir a voz do ser e da natureza.

Tal preocupação pode ser identificada, na visão de Mariotti, no prefácio que fez ao livro de Maturana e Varela (2005, p. 8), aborda esta afirmação de sociedade consumista como fruto da percepção que temos do mundo, e que acaba por determinar consequências práticas e éticas:

Veio, por exemplo, reforçar a crença que o mundo é um objeto a ser explorado pelo homem em busca de benefícios. Essa convicção constitui a base da mentalidade extractivista – e com muita frequência predatória – dominante entre nós. A ideia de extrair recursos de um mundo-coisa, descartando em massa os subprodutos do processo, estendeu-se às pessoas, que assim passaram a ser utilizadas e, quando se revelam “inúteis”, são também descartadas.

Em seu aspecto mais abrangente, a estratégia de desenvolvimento sustentável visa promover a harmonia entre a humanidade e a natureza. Não dissociá-los, cumpre, pois, reverter o entendimento que cada um é separado do mundo.

1.2 Desenvolvimento Sustentável

A preocupação da comunidade internacional com os limites do crescimento econômico datada década de 1960, quando começaram as discussões sobre os riscos da degradação do meio ambiente tiveram tanto êxito que levaram a ONU a promover uma Conferência sobre o Meio Ambiente em Estocolmo (1972). No mesmo ano, Dennis Meadows e os pesquisadores do “Clube de Roma” publicaram o estudo Limites do Crescimento. O estudo concluía que, mantidos os níveis de industrialização, poluição, produção de alimentos e exploração dos recursos naturais, o limite de crescimento seria atingido, no máximo, em 100 anos, provocando uma repentina diminuição da população mundial e da capacidade Meadows representaria o fim do crescimento da sociedade industrial) e dos países industrial. O estudo recorria ao neo-malthusianismo¹ como solução para a iminente “catástrofe”. As reações vieram de intelectuais do Primeiro Mundo (para quem a tese de subdesenvolvidos (já que os países desenvolvidos intencionavam “fechar a porta” do desenvolvimento aos países pobres, com base nessa justificativa ecológica). Os anos 80 no Brasil foram extremamente significativos devido ao fim do regime militar, uma ditadura que perdurou mais de 20 anos e viveu a repressão em todas as áreas do conhecimento, mas especialmente a Educação, que durante este período foi “mal-educada” e ficou silenciada.

Em 1984 inicia-se o movimento pelas Diretas Já. É uma década de esperança, em que se aposta na reconquista dos direitos civis e políticos no Brasil e no avanço dos direitos sociais, uma luta que serviu de alicerce ao processo Constituinte. Os novos movimentos sociais reforçaram, nesse contexto de abertura e “empoderamento²” da sociedade civil, a ampliação da esfera pública. Há a inclusão, de uma série de novos direitos — direito ao meio ambiente, direito das mulheres, direito à informação, entre outros — que ampliam as esferas de legitimação de demandas sociais, bem como promovem novas sensibilidades e sociabilidades vinculadas a um ideal existencial e político emancipatório. Diante desta dinâmica de reconstrução democrática que as ações ambientais ganharam força.

¹ neo-malthusianismo é uma teoria populacional, criada pelo demógrafo Thomas Malthus.

² Empoderamento significa a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais.

Na década de 80, mais precisamente em 1987, a Comissão Mundial da ONU sobre o Meio Ambiente Desenvolvimento (UNCED), presidida por Gro Harlem Brundtland e Mansour Khalid, apresentou o documento chamado Our Common Future, mais conhecido por relatório Brundtland já referido anteriormente. O relatório não apresentava críticas à sociedade industrial que caracterizaram os documentos anteriores; demonstrava crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive ligando a superação da pobreza nestes últimos ao crescimento contínuo dos primeiros.

Assim, foi bem aceito pela comunidade internacional a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, mostrou um crescimento do interesse mundial pelo futuro do planeta; muitos países deixaram de ignorar as relações entre desenvolvimento socioeconômico e modificações no meio ambiente. Entretanto, as discussões foram ofuscadas pela delegação dos Estados Unidos, que forçou a retirada dos cronogramas para a eliminação da emissão de CO₂ (que constavam do acordo sobre o clima) se negando a assinar a convenção sobre a biodiversidade.

Para entendermos estes processos como transversais consideramos importante poder contar com ajudas na compreensão da importância da educação ambiental como contributo para a igualdade de oportunidades. Assim, segundo Meira (2000: 107) a educação, em geral, e a educação ambiental, em particular, deve ocupar um lugar prioritário na luta contra as desigualdades sociais, de forma a apreender a sua complexidade e oferecer respostas que sejam, igualmente, complexas e eficazes:

1.3 Política do ambiente e educação ambiental no Brasil

No Brasil, a EA avança a partir dos anos 80 e se consolida de forma significativa nos anos 90 a partir da Conferência da ONU para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável (CNUMAD), em 1992. Durante o Fórum Global – evento paralelo à CNUMAD organizado pelas ONGs (também conhecido como Eco-92 ou Rio-92) – foi criada a Rede Brasileira de EA (REBEA), composta por ONGs, educadores, e instituições diversas relacionadas à educação. No Fórum Global, a REBEA esteve envolvida na promoção da I Jornada de EA e na elaboração do Tratado de EA, um

documento de referência para a EA até hoje. Depois de sua constituição, a REBEA já realizou cinco Fóruns de EA. De início, os Fóruns foram regionais, abrangendo predominantemente um público da região Sudeste, mas em seguida assumiram caráter nacional. O último fórum realizou-se em 2012, mas sem nenhuma novidade do que o anteriormente em 2006 que foi o primeiro a ter uma dimensão internacional ibero-americana.

Em “Saber Ambiental”, Leff (2000) propõe uma discussão sobre alguns desses conceitos como progresso, crescimento e desenvolvimento a partir da ótica ambiental. Para ele a crise ambiental é um problema de conhecimento pelo que é necessário encarar uma realidade social diferente, que mude os conceitos de produção e educação. Defende o diálogo de saberes, onde podemos considerar os diferentes tipos de “educações”, mas com uma maior atenção para a educação ambiental como forma de resolver os problemas do ambiente.

E evidente que a educação tem como finalidade contribuir para o exercício da cidadania e para o espírito crítico dos cidadãos, possibilitando a estes que melhorem a qualidade do seu “ambiente”, menciona Sauvé (2003), e, se por outro lado, como refere Meira (2000), a melhora na qualidade de vida de uma comunidade depende tanto da restaura  o das capacidades sociais, econ  micas, políticas e culturais impulsionadoras do desenvolvimento endógeno, como do entendimento e direcionamento das possibilidades e dos limites que estabelece o ambiente para garantir a satisfa  o adequada das necessidades básicas a médio e longo prazo    importante que as políticas educativas se enquadrem neste novo ambiente sustentável.

Quadro 2 - Principais políticas públicas para Educa  o Ambiental no Brasil desde os anos 80

1984	→	Cria��o do Programa Nacional de Educa��o Ambiental (Pronea).
1988	→	Inclus��o da EA como direito de todos e dever do Estado no cap��tulo de meio ambiente da Constitui��o
1992	→	Cria��o dos N��cleos de Educa��o Ambiental pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renov��veis (IBAMA) e dos Centros de Educa��o Ambiental pelo Minist��rio da Educa��o (MEC).
1994	→	Cria��o do Programa Nacional de Educa��o Ambiental (Pronea) pelo MEC e pelo Minist��rio do Meio Ambiente (MMA).

1997	→	Elaboração dos Parâmetros Curriculares pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, onde “meio ambiente” é incluído como um dos temas transversais.
1999	→	Aprovação da Política Nacional de EA pela Lei n. 9.795.
2002	→	Regulamentação da Política Nacional de EA (Lei n. 9.795) pelo Decreto n. 4.281.
2003	→	Criação do Órgão Gestor da Política Nacional de EA reunindo MEC e MMA
Fonte: Carvalho, Isabel Cristina Moura. Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Cortez, 2ª. Ed., 2006.		

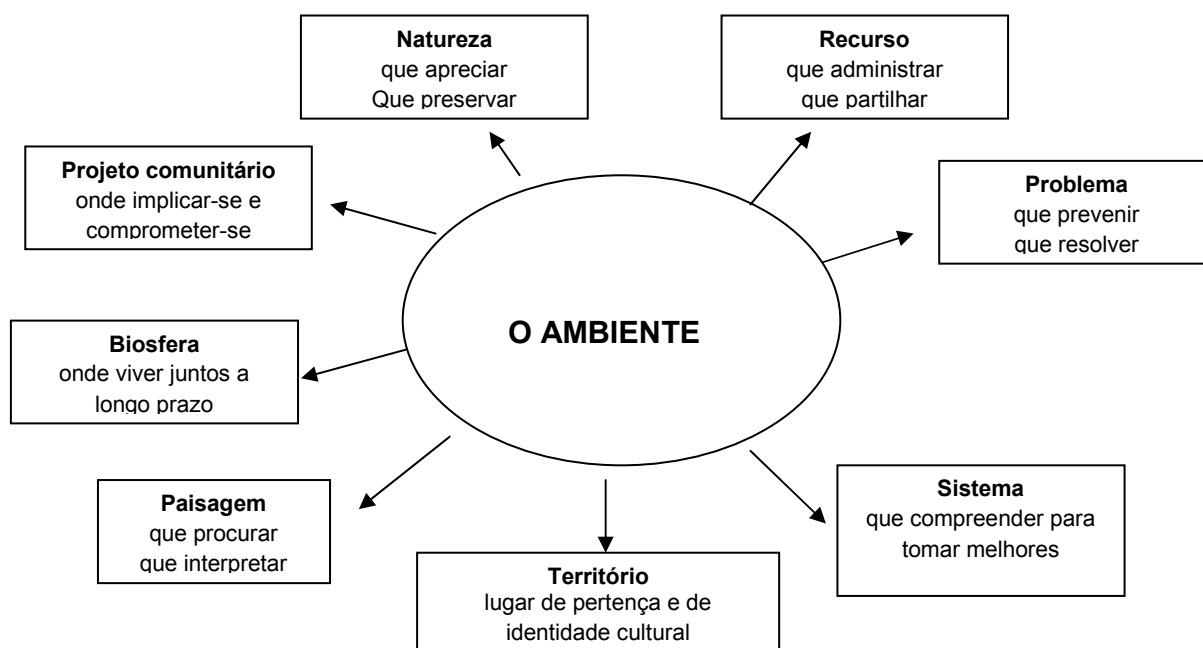
1.4 Teorias e práticas educativas no município de Cubatão

Iniciamos este item com as diretrizes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável sob aprovação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMDEMA tem a missão de elaborar a proposta de Código Ambiental do Município e outras normas relativas ao Meio Ambiente; integrar o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA) e o Sistema Estadual de Meio Ambiente visando à ativação das ações de defesa da qualidade ambiental no Município; coordenar as atividades do COMDEMA, oferecendo apoio técnico e administrativo; articular planos e ações municipais e intermunicipais de interesse ambiental; propor convênios de cooperação técnico-científica com órgãos e entidades nacionais e internacionais com atuação ambiental, objetivando ações na área de Meio Ambiente e a formação de quadros técnicos especializados; promover eventos e ações de educação e conscientização ambiental no âmbito da Administração Pública de forma a ampliar a penetração dos parâmetros ambientais nas decisões governamentais; promover eventos e ações de educação e conscientização ambiental no âmbito do ensino escolar público ou do ensino complementar de forma a capacitar a população para o exercício da cidadania; incentivar a realização de estudos, projetos e pesquisas relacionadas a assuntos de conservação do patrimônio ambiental, uso racional dos recursos naturais, recuperação de áreas degradadas, recuperação de áreas de risco, controle da poluição, monitorar

atividades impactantes, entre outras de interesse ambiental, com o objetivo de ampliar o conhecimento e a capacidade de atuação adequada sobre a realidade ambiental do Município; realizar o diagnóstico ambiental do município de forma a subsidiar o estabelecimento de diretrizes para o desenvolvimento sustentável do município; formar um banco de dados ambiental que dê suporte aos trabalhos a serem desenvolvidos pela secretaria e por outras instituições de ensino e pesquisa existentes no município; planejar, ordenar e coordenar as atividades de defesa da qualidade ambiental no município, em especial quanto à gestão do uso e ocupação do solo, gestão de resíduos urbanos e sistema de Áreas Verdes; licenciar as atividades potencialmente impactantes, visando a minimização de seus efeitos e a racionalização do uso dos recursos naturais; realizar o controle e monitoramento ambiental das atividades urbanas que causem poluição do solo, do ar, da água e das reservas ambientais.

No parágrafo acima os objetivos e clareza das políticas públicas voltadas para a educação a nível municipal esta em um dos parâmetros da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município contextualizado diante da crise ambiental que o mundo globalizado atravessa, as diretrizes estão ligadas ao modelo de desenvolvimento que a sociedade capitalista desenvolveu no último século e conduziu ao aparecimento de problemas ambientais locais que atravessaram fronteiras e, que se impondo globalmente, contribuíram para o aumento da pobreza, uma das principais causas da problemática ambiental da atualidade, sendo assim, concluímos que há um distanciamento entre teoria e prática, pois os programas de educação ambiental apesar das leis federais e estaduais já se fizerem consolidadas, as ações locais para a comunidade ainda estão demasiado distante para que se possa evidenciar na prática educativa em todos os níveis que a EA demanda.

Figura 1: Tipologia de representações do ambiente (Sauvé, 2001)



Existem diversos documentos e normativas legais para tracar um perfil eficiente de educação ambiental a nível federal, estadual e local, evidenciou para além da Lei Nº 6.938/81 e da Lei 9795/99, que dispõem sobre a Política Nacional do Meio Ambiente. O ministro da Educação, Aloizio Mercadante, homologou em 13 de Junho de 2012, 13 diretrizes curriculares nacionais para a educação ambiental e para a educação indígena. A assinatura dos documentos ocorreu na abertura oficial do Encontro de Juventude e Educação para a Sustentabilidade Socioambiental, uma das participações do MEC na Conferência Rio+20.

A nível estadual a LEI Nº 12.780, de 30 de Novembro de 2007, de acordo com o Projeto de lei nº 749/2007, da Deputada Rita Passos – PV em seu Artigo 1º instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental.

Na rede municipal, a educação ambiental é ministrada por meio de projetos, palestras e atividades extraclasse, em todas as séries. Engloba também os cursos profissionalizantes, como o Curso de Aprendizagem Industrial do SENAI.

Algumas escolas têm projetos destacados, em razão de parcerias firmadas com empresas, entre os quais:

Donos da Escola e Lirium - Rui Barbosa - Cosipa

Reciclagem de Óleo de Cozinha – Elza Silva dos Santos – Petrobras

Cubatão de Bem com o Manguê – Pe. Antonio Olivieri – Terracom

Cuidando do Planeta - Elza Silva dos Santos, D. Pedro, João Ramalho, Anchieta e
Martim Afonso - Mosaic

Em razão do processo de certificação pelas normas ISO 9000 e ISO 14000, a maioria das empresas industriais realiza cursos de educação ambiental para seus empregados e prestadores de serviços.

Assim como o Cotia-Pará, o Parque Estadual da Serra do Mar - Núcleo Itutinga Pilões realiza atividades de educação ambiental. Chegou a receber, em 2004, 2.271 alunos de 45 unidades escolares, porém nenhuma delas de Cubatão. Em 2012, visitamos o parque e o mesmo encontrava-se numa situação precária e somente depois da Rio+20 e final das eleições municipais a Prefeitura anunciou parcerias e melhorias para o Parque.

1.5 De bem com o Manguê

Arelado às diversas reuniões internacionais já referidas, proporcionados em escala global pelos movimentos e organizações em favor do meio ambiente, no Brasil pós Constituinte, surge uma EA preocupada com as questões sociais e com uma visão emancipatória e crítica de EA, de certa forma, na esfera pedagógica, a união entre a educação “popular” e a “ambiental” se deu de maneira homogênea, até porque não seria possível em tal contexto mantê-las dissociadas. A forte tradição da Educação Popular (EP) e da teoria crítica na esfera educacional não é a única orientação pedagógica entre as práticas da EA, mas certamente é uma das mais relevantes no horizonte da EA brasileira. A EA Crítica, ao promover a reflexão sobre o acesso e as decisões relativas aos recursos ambientais, contribui para a formação de cidadãos mais conscientes das questões socio ambientais.

Um outro fator preponderante é a percepção de que não há um grupo por faixas etárias privilegiados para a EA, como a infância, por exemplo, sendo assim a EA corresponde a formação como um processo permanente. Mesmo a EP, que tem uma larga experiência com educação de jovens e adultos, a EA crítica, por exemplo, também tem

visto como sujeitos importantes da ação educativa ambiental, organizações populares e grupos como, por exemplo: produtores rurais, trabalhadores industriais ou mesmo associações e líderes comunitários.

No município estudado podemos mencionar um desses entendimentos entre a educação institucionalizada e a popular por meio de uma associação fundada por um líder comunitário o Senhor Sebastião Ribeiro do Nascimento, conhecido popularmente como “ZUMBI” que é fundador da mesma denominada: “Cubatão de Bem com o Manguê”. A associação mantém diversas parcerias entre elas a Petrobras, bancos como Caixa e BB, empresas locais e a prefeitura. Instituíram a moeda local “Manguê”, que consiste na troca de resíduos pela moeda. O objetivo é contribuir com o meio-ambiente e incentivar o comércio da Vila Esperança, comunidade carente e construída em cima do manguezal, que ainda hoje espera por soluções na área habitacional e possui mais de 15 mil moradores, que vivem em sua maioria em palafitas e sobre o mangue.

O líder que conhecemos é um homem atualizado com as questões ambientais e com a política local e que tem ciência da participação social na sua mais elevada expressão. Busca soluções de educação na união entre as esferas públicas e privadas e mescla com cidadania ativa esse diálogo entre educação ambiental e educação popular, mas também é um crítico das políticas públicas locais que segundo ele está muito longe do idealizado e preconizado nas propostas da Agenda 21, também cita que a morosidade do estado e governo em agir em termos práticos é bem diferente do discurso teórico.

Capítulo II

Políticas públicas e participação social: Agenda 21

Podemos considerar a Agenda 21 como um plano de ação estratégico, que constitui a mais ousada e abrangente tentativa já feita de promover, em escala globalizada, novo padrão de desenvolvimento, conciliando métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

Trata-se de decisão consensual extraída de documento de quarenta capítulos, para o qual contribuíram governos e instituições da sociedade civil de 179 países, envolvidos, por dois anos, em um processo preparatório que culminou com a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - CNUMAD, em 1992, no Rio de Janeiro, conhecida por ECO-92.

Sem caráter mandatário e oriundo de uma ampla ação internacional, a ampla adesão aos seus princípios tem favorecido a inserção de novas posturas frente aos usos dos recursos naturais, a alteração de padrões de consumo e a adoção de tecnologias mais brandas e limpas, e representa uma tomada de posição ante a premente necessidade de assegurar a manutenção da qualidade do ambiente natural e dos complexos ciclos da biosfera.

2.1 Agenda 21 global

A Agenda 21 Global indica as estratégias para que o desenvolvimento sustentável, “aquele que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”, seja alcançado. Nesse sentido, identifica atores e parceiros, metodologias para obtenção de consensos e os mecanismos institucionais necessários para sua implantação e monitoramento.

Em quase todos os capítulos da Agenda 21, são evidenciados valores e práticas participativas, dando consistência à experiência democrática dos países. Todos os grupos vulneráveis sob os aspectos sociais e político, ou em desvantagem relativa, como crianças, jovens, idosos, deficientes, mulheres, populações tradicionais e indígenas, devem ser incluídos e fortalecidos nos diferentes processos de implantação da Agenda 21 nacional, estadual e local.

2.2 Agenda 21 brasileira

O documento é resultado de uma vasta consulta à população brasileira, sendo construído a partir das diretrizes da Agenda 21 global. Trata-se, portanto, de um mecanismo fundamental para a construção da democracia ativa e da cidadania participativa no País.

A primeira fase do processo de construção da Agenda 21 brasileira teve seu início em 1996 e o documento foi concluído em 2002, coordenado pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional – CPDS, com o envolvimento de cerca de 40.000 pessoas de todo o Brasil.

A partir de 2003, a Agenda 21 brasileira não somente entrou na fase de implementação assistida pela CPDS, como também foi elevada à condição de Programa do Plano Plurianual, PPA 2004-2007, pelo Governo Federal, o que lhe confere maior alcance, capilaridade e importância como política pública. Como programa, ela adquire mais força política e institucional, passando a ser instrumento fundamental para a construção do Brasil Sustentável, estando vinculada com as diretrizes da política ambiental do Governo, transversalidade, fortalecimento do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA e participação social, adotando referenciais importantes como a “Carta da Terra”.

Portanto, a Agenda 21 tem provado ser um guia eficiente para processos de união da sociedade, compreensão dos conceitos de cidadania e de sua aplicação, sendo hoje um dos grandes instrumentos de formação de políticas públicas no Brasil.

Outro grande passo foi a utilização dos princípios e estratégias da Agenda 21 brasileira como subsídios para a Conferência Nacional de Meio Ambiente e Conferências das Cidades e Saúde. Esta ampla inserção da Agenda 21 remete à necessidade de se elaborar e implementar políticas públicas em cada município e em cada região brasileira fundamentadas no desenvolvimento sustentável.

2.3 Agenda21 local

A visão que orienta a construção da Agenda 21 local tem como referência a criação de novos padrões de produção, comercialização e consumo, que busca o desenvolvimento sustentável dos territórios e o bem-estar das comunidades. Para isso é necessário o envolvimento de todos os atores locais no processo, principalmente os reconhecidos como lideranças na comunidade e segmento de atuação, para que

estes, articulados nos fóruns das Agendas 21 locais, possam formular, planejar e implementar ações e estratégias efetivas, de curto, médio e longo prazo, para a sustentabilidade local. O objetivo é gerar inclusão social, cidadania ativa, fomento às atividades culturais com raízes locais, preservação ambiental e geração de trabalho e renda, através do diálogo e vontade política na construção de consensos e resolução de conflitos.

A Agenda 21 local foi construída a partir de 2005 e concluída em agosto de 2006, quando se iniciava a reformulação do Plano Diretor do Município, tornando-se de utilidade pública através do Decreto Municipal n.º 8977/06.

Enquanto ferramenta de fundo estratégico, a Agenda 21 de Cubatão, além de potencializar a integração da gestão municipal em torno dos grandes desafios locais nas mais distintas áreas, também tenta proporcionar uma mudança de imagem negativa da cidade que ficou mundialmente conhecida como “Vale da Morte”, para “Cubatão 2020: A Cidade Que Queremos!”.

Implementação: Texto contido na Pagina 44 da Agenda 21 de Cubatão

Em Cubatão, o processo de implantação da Agenda 21 teve três fases. Primeiramente, ocorreu a formação do Conselho Consultivo, composto por 24 entidades representativas da sociedade civil da cidade e da baixada santista. Esse grupo foi responsável pela aprovação da metodologia, cronograma do projeto, definição dos temas, sugestão de profissionais para atuar como coordenadores e debatedores temáticos, e ainda foram os legitimadores da Agenda 21, pois receberam a missão de validar as ações propostas, buscando uma isonomia política do processo. Participaram desse conselho: OAB, Associação de Arquitetos e Engenheiros, Associação Comercial, instituições de ensino e órgãos ligados aos governos federal, estadual e municipal, CIESP, entre outros. A mobilização levou cerca de três meses e foi amparada pelo CIESP. Com o envolvimento inicial desses atores, foram traçados os eixos que deveriam ser abordados pela Agenda 21 de Cubatão. No total, elencaram-se 17 grandes temas. Para discussão de cada um deles escolheram-se coordenadores temáticos que, por sua vez, atuaram na convocação de profissionais e da sociedade, para compor os grupos temáticos e debater com profundidade cada tema. Foi também estabelecida uma secretaria-executiva para apoiar as atividades – convite para reuniões, pautas, atas etc.

Finalizada essa etapa, lançou-se o projeto na cidade, usando todos os meios de divulgação disponíveis, de modo a mobilizar completamente as esferas sociais para fazer parte da Agenda 21. Assim, no dia 19 de maio de 2005, ocorreu a primeira reunião do Conselho da Cidade, com a presença de 700 pessoas, na qual foi apresentada a metodologia do processo e realizada uma pesquisa com os conselheiros sobre a percepção de cada um acerca do município. O resultado foi apresentado aos conselheiros e utilizado no diagnóstico.

A segunda fase, quando foi elaborado o diagnóstico, durou de maio a novembro de 2005, período em que os coordenadores temáticos e os grupos de trabalho atuaram no levantamento de informações e prepararam os documentos preliminares. Em seguida, realizou-se o Primeiro Seminário Temático, que se desenvolveu em seis dias de reuniões.

Nos seminários temáticos, os documentos produzidos pelos grupos temáticos foram discutidos pelos conselheiros da Cidade, envolvendo cerca de 650 pessoas, com vistas a obter um consenso sobre o diagnóstico de cada tema.

Para buscar essa participação e envolvimento da comunidade foram feitas ações importantes, como um concurso de desenho e de redação para os estudantes de ensino fundamental e médio, em todas as escolas da cidade, com o tema “Cubatão 2020 - A Cidade que Queremos – Agenda 21”. Houve também uma peça de teatro que percorreu todas as escolas do município, além da distribuição de jogo sobre a Agenda 21, como parte do processo de educação ambiental e divulgação, que contou com os incentivos proporcionados pela Lei Rouanet.

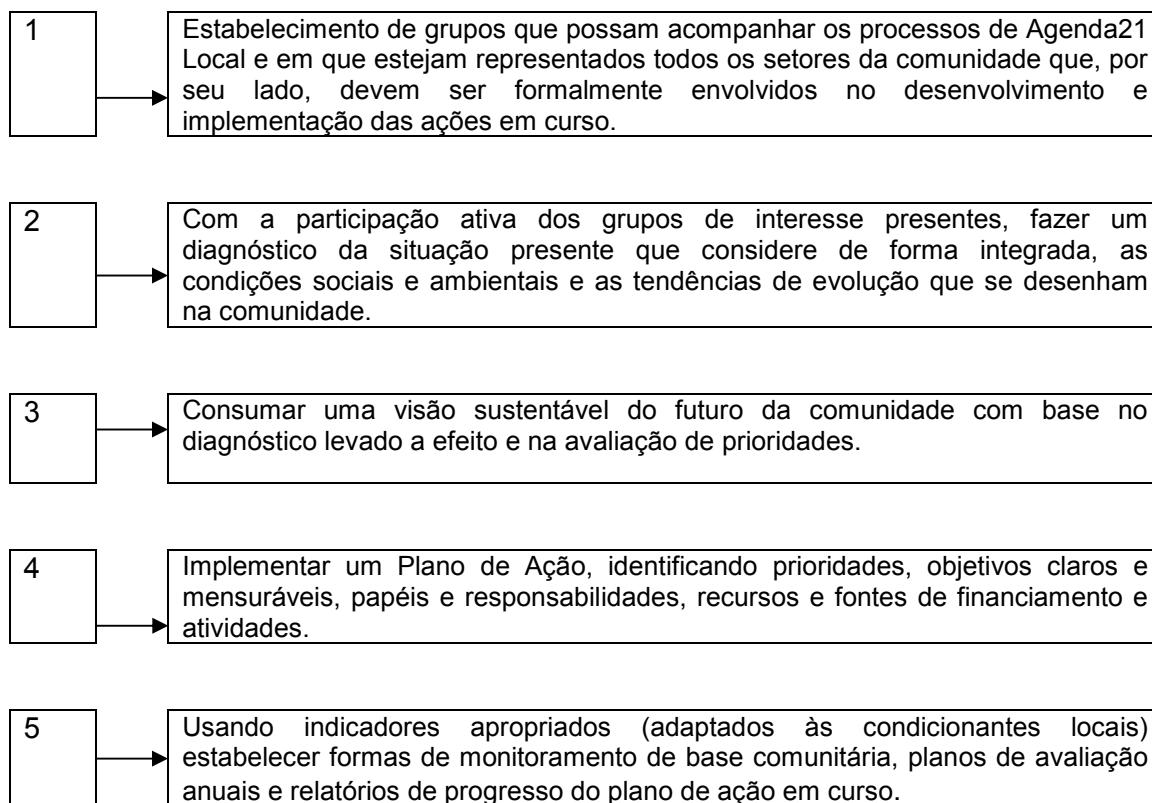
Chega-se então à terceira fase, de elaboração do plano, que também duraram seis meses e utilizou a mesma metodologia participativa, com os documentos preliminares sendo amplamente debatidos e aprovados no Segundo Seminário Temático e referendados pelo Conselho Consultivo. Esse segundo Seminário Temático teve a participação de 622 conselheiros, registrando uma presença média de 200 pessoas em cada uma das seis reuniões realizadas.

Fonte: www.novomilenio.com.br/cubataoagenda21local

Com vistas a encerrar esses processos, em agosto de 2006 foi lançado o livro “A Cidade que Queremos”, que traz a síntese de todos os projetos elencados na Agenda 21, o qual foi entregue a todos os conselheiros em uma grande reunião do Conselho da Cidade.

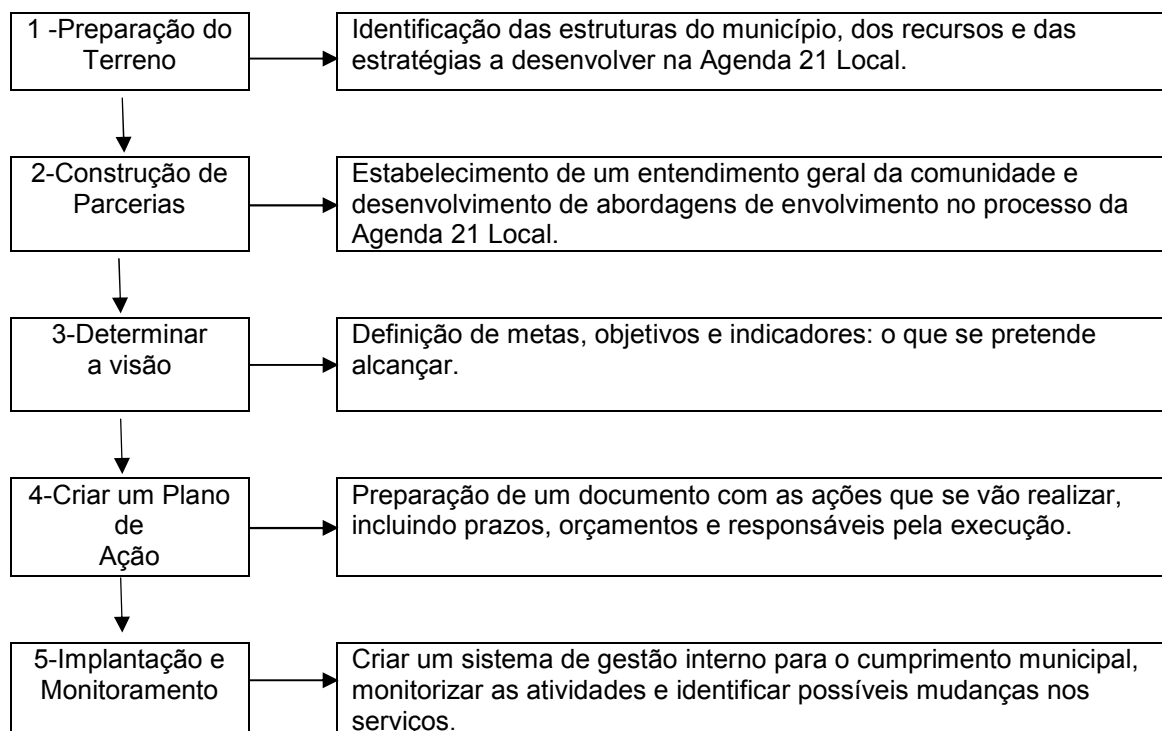
A obra proporciona a visão – Qual a Cubatão que sonhamos? Diagnóstico – Como está Cubatão? – Pontos Fortes e Fracos, que se tornaram o documento “Ameaças e Oportunidades”, analisando os cenários inercial e desejável, as estratégias e as metas.

Quadro três: Objetivos gerais de uma Agenda21 Local



Fonte: Guerra

Quadro 4: Fases do processo de implementação da Agenda21 Local



Fonte: Guerra (2004b:13)

No total, elencaram-se 17 grandes temas e para discussão de cada um deles escolheram-se coordenadores temáticos que, por sua vez, atuaram na convocação de profissionais e da sociedade, para compor os grupos temáticos e debater com profundidade cada tema.

Quadro 5: Temas e Projetos Agenda 21 Cubatão

TEMAS:	PROJETOS
1. A região metropolitana e o contexto de Cubatão	-
2. Logística	17
3. Urbanismo, sistema viário e mobilidade da população	17
4. Indústria, Comércio e Serviços	13
5. Turismo	16
6. Habitação e Ocupações Desordenadas	13
7. Saneamento Básico	10
8. Qualidade do ar, das águas e riscos ambientais	10
9. Unidades de conservação e áreas de proteção permanente	05

10. Saúde	40
11. Educação, educação ambiental e qualificação profissional	26
12. Cultura	20
13. Esporte e Lazer	26
14. Geração de renda	11
15. Assistência Social	21
16. Segurança Pública	16
17. Administração Pública	16
TOTAL	277

Dos 277 projetos da Agenda 21, foram apresentados em reunião da Comissão Permanente, 107 projetos, correspondentes a 39% da totalidade. Dos 170 demais projetos, distribuídos entre os 13 demais temas, 151, ou seja, 89% foram avaliados junto às secretarias responsáveis, com resultados gerais apresentados em Audiência Pública.

2.4 Agenda 21 de Cubatão

Organização

- ✓ Participantes: 1.739 conselheiros.
- ✓ Presidente de honra: Clermont Silveira Castor, ex-prefeito de Cubatão.
- ✓ Formado por pessoas de diversos segmentos: presidentes de associações, representantes de ONGs, empresas, setores culturais, líderes comunitários, técnicos e executivos da Prefeitura, membros do legislativo, entre outros.

Conselho Consultivo

- ✓ Composto por 24 entidades representativas da sociedade civil de Cubatão e demais cidades da Baixada Santista:

Dentre os participantes: Parque Estadual da Serra do Mar, Senai, representante da comunidade, Secretaria Municipal de Saúde, Agência Metropolitana da Baixada Santista, Câmara Municipal de Cubatão, Fundo Social de Solidariedade da Prefeitura Municipal de Cubatão, Batalhão da Polícia Ambiental, Sesi, Santos e Região Convention & Visitors Bureau, OAB – Cubatão, CEFET – Cubatão;

CIDE/FIESP/CIESP – regional Cubatão, Prefeitura Municipal, Defesa Civil, Secretaria Municipal da Indústria, Comércio, Porto e Desenvolvimento, Universidade Católica de Santos, Polícia Civil, Associação Comercial e Industrial de Cubatão, Universidade Santa Cecília, Associação de Engenheiros e Arquitetos de Cubatão e Batalhão da Polícia Militar.

- ✓ Principais atribuições: aprovar a metodologia e o cronograma do projeto, definir os temas a serem estudados, sugerir os coordenadores e debatedores temáticos, validar os documentos elaborados e monitorar os projetos.

Secretaria-executiva

- ✓ Composta por sete membros da indústria e administração municipal.
- ✓ Responsável pela gerência das atividades e coordenação do processo.

Grupos de Trabalho: coordenadores e debatedores temáticos

- ✓ 17 temas, com seus respectivos coordenadores: Administração pública; Educação, educação ambiental e qualificação profissional; Urbanismo, sistema viário e mobilidade da população; Logística; Geração de renda; Habitação e ocupações desordenadas; A região metropolitana e o contexto de Cubatão; Unidades de conservação e áreas de proteção permanente; Saúde; Turismo; Indústria, Comércio e Serviços; Cultura; Saneamento básico; Esporte e lazer; Qualidade do ar, das águas e riscos ambientais; Assistência social; e Segurança pública.
- ✓ Debatedores temáticos: 170, sendo, em média, 10 por tema.
- ✓ Atribuições: levantamento das informações, visitas às instituições e órgãos de governo e preparo dos documentos preliminares.

Seminários Temáticos

- ✓ Participação: Conselho da Cidade, Conselho Consultivo, Secretaria-executiva, Coordenadores Temáticos e Grupos de Trabalho.
- ✓ Primeiro: participação de cerca de 650 pessoas em seis dias de reuniões.
- ✓ Segundo: participação de 622 conselheiros e presença média de 200 pessoas em cada uma das seis reuniões realizadas.

Painel Consultivo Comunitário

- ✓ Participantes: cerca de 30 munícipes.
- ✓ 12 anos de existência.
- ✓ Criado pelo CIESP para estreitar o relacionamento com a comunidade.
- ✓ Atribuições: apontar as necessidades da cidade e sugerir melhorias.

A implantação da Agenda 21 se constitui assim de um instrumento mobilizador em todas as esferas de políticas públicas locais, levando a administração municipal a incorporar esse instrumento de planejamento e transformá-lo em Plano Diretor, tanto que os debates para a reformulação do Plano Diretor no município se deu no final de 2006, quando foi finalizada a Agenda 21 local. No mesmo ano, também foi assinado pelo Dr. Clermont de Oliveira Castor, o Decreto 8.977, no dia do lançamento do livro **A Cidade que Queremos**, que criou a Comissão Permanente da Agenda 21, instrumento que permite à sociedade participar e acompanhar as ações da Agenda 21 de Cubatão.

De acordo com a atual prefeita Márcia Rosa de Mendonça Silva, a Agenda 21 refletiu os anseios da cidade desejada e foi um instrumento democrático construído pela sociedade, indústrias e comerciantes. “Que eu tenha conhecimento, foi o maior índice de participação em um debate já realizado na cidade”.

Para a ambientalista Isaura Frondizi “a Agenda 21 é um forte indutor de políticas públicas, desde que preservados seus princípios e acompanhada de um plano pragmático de implantação, porque política pública, por si só, não quer dizer melhoria de qualidade de vida. Precisa ser acompanhada de programas que reflitam as prioridades que aquela população elegeu”.

2.5 Um olhar “Soroptimista”

Em seu Capítulo 22 da Agenda 21 Global o livro descreve os objetivos sobre políticas públicas para as mulheres sob o título: AÇÃO MUNDIAL PELA MULHER, COM VISTAS A UM DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUITATIVO, dentre os quais destacamos os seguintes:

(a) Implementar as estratégias prospectivas de Nairóbi para o progresso da mulher, particularmente em relação à participação da mulher no manejo nacional dos ecossistemas e no controle da degradação ambiental;

(b) Aumentar a proporção de mulheres nos postos de decisão, planejamento, assessoria técnica, manejo e divulgação no campo de meio ambiente e desenvolvimento;

(c) Formular e implementar políticas governamentais e diretrizes, estratégias e planos nacionais claros para conseguir a igualdade em todos os aspectos da sociedade, inclusive a promoção da alfabetização, do ensino, do treinamento, da nutrição e da saúde da mulher, bem como a participação dela em postos-chave de tomada de decisões e no manejo do meio ambiente, em particular no que se refere ao seu acesso aos recursos, facilitando um melhor acesso a todas as formas de crédito, em especial no setor informal, tomando medidas para assegurar o acesso da mulher ao direito de propriedade, bem como aos insumos e implementos agrícolas;

(d) Implementar, em caráter urgente, segundo as condições de cada país, medidas para assegurar que mulheres e homens tenham o mesmo direito de decidir com liberdade e responsabilidade o número e o espaçamento de seus filhos e tenham acesso à informação, à educação e aos meios, quando apropriado, que lhes permitam exercer esse direito em consonância com sua liberdade, sua dignidade e seus valores pessoais;

(e) Considerar a possibilidade de adotar, reforçar e fazer cumprir uma legislação que proíba a violência contra a mulher e tomar todas as medidas administrativas, sociais e educacionais necessárias para eliminar a violência contra a mulher em todas as suas formas.

A fim de alcançar essas metas, a mulher deve participar plenamente da tomada de decisões e da implementação das atividades de desenvolvimento sustentável.

Os países, em colaboração com instituições acadêmicas e pesquisadoras locais, devem desenvolver bancos de dados, sistemas de informação, pesquisas

participantes orientadas para a ação e análises de políticas sensíveis às diferenças de sexo sobre os seguintes aspectos:

(a) Conhecimento e experiência por parte da mulher do manejo e conservação dos recursos naturais, para incorporação aos bancos de dados e aos sistemas de informação voltados para o desenvolvimento sustentável;

(b) O impacto sobre a mulher dos programas de ajuste estrutural. Nas pesquisas sobre os programas de ajuste estrutural deve-se dar atenção especial aos impactos diferenciados desses programas sobre a mulher, especialmente no que se refere aos cortes nos serviços sociais, educação e saúde e à eliminação dos subsídios à alimentação e aos combustíveis;

(c) O impacto sobre a mulher da degradação ambiental, em particular de secas, desertificação, produtos químicos tóxicos e hostilidades armadas;

(d) Análise das relações estruturais entre relações de gênero, meio ambiente e desenvolvimento;

(e) Integração do valor do trabalho não remunerado, inclusive do que atualmente se denomina "doméstico", nos mecanismos de contabilização dos recursos, a fim de representar melhor o verdadeiro valor da contribuição da mulher à economia, utilizando as diretrizes revisadas para o Sistema de Contas Nacionais das Nações Unidas, a serem publicadas em 1993;

(f) Medidas para efetuar e incluir análises de impacto ambiental, social e sobre os sexos, como elemento essencial do desenvolvimento e monitoramento de programas e políticas;

(g) Programas para criar centros de treinamento, pesquisa e recursos urbanos e rurais nos países desenvolvidos e em desenvolvimento que servirão para disseminar tecnologias ambientalmente saudáveis para a mulher.

(c) Cooperação e coordenação internacionais e regionais

A Organização das Nações Unidas deve avaliar todas as instituições da Organização, inclusive das que dão atenção especial ao papel da mulher, no que se refere ao cumprimento dos objetivos de meio ambiente e desenvolvimento e fazer recomendações para reforçar a capacidade delas. Entre as instituições que requerem uma atenção especial nesse sentido estão a Divisão para o Progresso da Mulher (Centro de Desenvolvimento Social e Assuntos Humanitários, Escritório das Nações Unidas em Viena), o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), o Instituto Internacional de Pesquisas e Treinamento para o Progresso da Mulher (INSTRAW) e os programas das comissões regionais relativos à mulher. Essa avaliação deve analisar como os programas de meio ambiente e desenvolvimento de cada órgão do sistema das Nações Unidas podem ser fortalecidos para implementar a Agenda 21 e como incorporar o papel da mulher nos programas e decisões relacionados com o desenvolvimento sustentável.

O UNIFEM deve realizar consultas periódicas com os doadores, em colaboração com a UNICEF, tendo em vista promover programas e projetos operacionais de desenvolvimento sustentável que reforçarão a participação da mulher, sobretudo a de baixa renda, no desenvolvimento sustentável e na tomada de decisões. O PNUD deve estabelecer um centro feminino sobre desenvolvimento e meio ambiente em cada um dos escritórios de seus representantes residentes, a fim de oferecer informação e promover o intercâmbio de experiências e informação nesses campos. Os órgãos do sistema das Nações Unidas, Governos e organizações não-governamentais envolvidos no acompanhamento das atividades geradas pela Conferência e na implementação da Agenda 21 devem assegurar que as considerações sobre diferença de gênero sejam plenamente integradas a todas as políticas, programas e atividades.

Em sintonia com a elaboração da Agenda 21 local, veio a necessidade dos grupos de mulheres Cubatenses em lutar pelos seus direitos. Assim numa parceria entre Prefeitura Municipal e patrocínio da Petrobras foi criado o Centro de Referência da Mulher em Cubatão em 30 de Novembro de 2011 e em 2012 no dia 30 de Maio, foi a vez do SI – Cubatão – Soroptimist International Club, que tem entre seus objetivos, servir a comunidade e lutar pela melhoria da condição e direitos da mulher. Organização civil fundada em 1921, em Oakland, CA, por oitenta mulheres. Soroptimist é uma organização internacional para mulheres profissionais e de negócios comprometidas com o serviço voluntário em suas comunidades. Ela se

encontra em 124 Países envolvendo aproximadamente, 95.000 mulheres: na Europa, nas Américas, na Inglaterra e Irlanda, no Pacífico Sul (África, Ásia, Austrália). O nome Soroptimista, é uma palavra latina – SOROR = irmã /mulher ÓPTIMA = ótima /excelente, sendo traduzido, livremente, como “O MELHOR PARA A MULHER”.

A organização Soroptimista tem, desde 1951, vínculos oficiais com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas – ECOSOC, e é reconhecida como membro em todos os Conselhos que discutem questões relativas aos Direitos da Mulher. O *status* Consultivo Geral foi concedido em 1984.

A Federação Soroptimista das Américas está representada nas Agências da ONU em Nova Iorque, Paris, Roma, Genebra e Viena.

Constatamos, nos últimos cinquenta anos, os significativos avanços profissionais, educacionais e culturais da mulher, porém a ação política – a ação de poder – ainda tem um caminho a percorrer. Mas com sua capacidade de articulação com diferentes setores (culturais, econômicos, sociais e políticos) ela demonstra já ter autonomia para ultrapassar as práticas reivindicatórias, desenvolvendo práticas participativas que permitem aumentar a sua influência política.

Estreamos a mais de uma década no novo milênio com um olhar atento na trajetória das mulheres, pois é através delas que alicerçamos o futuro, não nos esquecendo que somos mais de 50% da população mundial e somos mães e irmãs da outra metade. Então justificamos nosso olhar na composição do tema desse relatório da seguinte maneira:

Ambos os homens, mulheres, meninas e meninos vivem em pobreza, enfrentam discriminação e tem que superar obstáculos. Todavia, a história nos mostra que em todos os países do mundo, as mulheres e meninas enfrentam maiores obstáculos e discriminação por causa de seu gênero. Alguns desses fatos:

- Uma entre três mulheres será surrada, forçadas ao sexo ou maltratadas de alguma outra maneira.
- As mulheres trabalham dois terços das horas mundiais de trabalho, mas ganham somente 10 por cento do salário mundial e possuem menos de um por cento das propriedades do mundo.

- Dos 550 milhões de trabalhadores pobres, 330 milhões (60 por cento) são mulheres.
- Mundialmente, o trabalho sem remuneração de cuidado a outros feitos por mulheres é avaliado em até \$11 trilhões de dólares.
- Dois terços dos 759 milhões de adultos analfabetos, são mulheres.
- Quarenta a setenta por cento do homicídio de mulheres são cometidos por seus maridos ou amásios.
- Quase 130 milhões de mulheres ao redor do mundo sofreram mutilação da genitália.
- Oito entre dez mulheres no campo de trabalho são consideradas estar em empregos vulneráveis.
- Dos mais de 110 milhões de crianças que não frequentam uma escola, aproximadamente 60 por cento delas, são meninas.
- A gravidez e problemas de saúde relacionados ao parto causam a morte de quase 146.000 adolescentes por ano.
- Anualmente, três milhões de meninas estão a risco de sofrer mutilação genital.
- Uma entre quatro meninas nunca estuda além da quinta série.
- A idade média em que as meninas entram na prostituição é de 12 a 14 anos
- Em alguns países no sub-Saara da África, a proporção de meninas adolescentes com HIV é até cinco vezes mais alta do que a dos meninos adolescentes.

Mesmo antes de ser inaugurado o CRM, no ano de 2008 o Conselho da Condição Feminina de Cubatão realizou uma pesquisa, baseada nos boletins de ocorrência gerados na Delegacia da Mulher, tendo como referência o ano de 2007. O levantamento trouxe uma triste realidade, até então, desconhecida para autoridades e munícipes: o crescente aumento da violência em relação às mulheres cubatenses, tendo como vítimas, em sua maioria, mulheres desempregadas ou com baixa remuneração, bem como mulheres que se declaram serem "Do Lar". Na grande maioria, o marido e o ex-marido, companheiro e o ex-companheiro. Quando ao tipo de delito, o crime de ameaça é o mais sofrido pelas mulheres. Total de mulheres vitimadas no ano de 2007: 1072 mulheres. (o numero é considerado elevado, pois a maioria por medo ou “vergonha” ainda hoje não denuncia os abusos).

Em Abril de 2012 a Rede Mulher organizou uma discussão no CRM buscando soluções para prevenir a violência sexual contra a mulher com iniciativa da Coordenadoria Especial de Políticas para as Mulheres com a participação de diferentes atores dentre os quais: Secretaria Municipal de Saúde (SMS) e de Educação (Seduc), Conselho Tutelar; Conselho Municipal da Condição Feminina; Ordem dos Advogados do Brasil (OAB); Centro de Direitos Humanos da Baixada Santista; Organização Não Governamental (ONG) Construindo Gênero. Do Judiciário, estiveram na reunião passada a delegada da Mulher, Leyner Anache Gomes dos Santos, e o delegado assistente do titular de Cubatão, Antônio Sérgio Messias.

Foi consenso entre os participantes que as notificações efetuadas ao Judiciário pelos serviços de Saúde estão ainda muito aquém do número de casos de que se tem conhecimento. E mesmo o número de pessoas que procura atendimento do Reavis ainda é muito reduzido, segundo profissionais da Saúde. A prova disso está na baixa saída de medicamentos (fornecidos pelo Município) que devem ser consumidos dentro de 72 horas do abuso sexual. A indicação grosso modo é prevenir infecção por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), AIDS e hepatite.

A delegada da Mulher lembrou que a violência contra a mulher, no que tange a Lei Maria da Penha, implica lesão corporal e deve ser notificada pelos serviços de saúde, já que a ação passou a ser pública, incondicionada à vontade da vítima.

Segundo dados fornecidos pela Delegacia da Mulher em Cubatão, de janeiro deste ano até dia 23 deste mês, foram elaborados 650 boletins de ocorrência, recebidos de outras unidades policiais do município 299 boletins e instaurados 258 inquéritos policiais.

Aspetos gerais da condição da mulher no município:

Empregabilidade

O nível de empregabilidade, com o fechamento de parcerias com empresas do comércio e do Polo Industrial em projetos e programas como o Pacto pelo Emprego, Pró-Comércio, IPTU do Bom Empreendedor que concede desconto para quem

contratar mão-de-obra feminina, jovens em primeiro emprego e pessoas com necessidades especiais e Cartão Servidor Cidadão, atrelado a uma política de qualificação profissional, apenas em 2010, atendeu mais de 10 mil trabalhadores. Boa parte dessa mão-de-obra é formada por mulheres.

Educação

Foi lançado PAE – Plano de Atenção à Educação, um conjunto de ações que garantiu maiores investimentos no setor. Escolas recuperadas, educação em tempo integral, ampliação de vagas em creche, diminuição da taxa de analfabetismo, notebooks para alunos e professores da rede municipal. Contudo, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Cubatão possui 9,06% de pessoas analfabetas.

Saúde

O índice de mortalidade materno-infantil caiu de 24,3% para 9%. Mas, mesmo assim só há um único hospital público no Município que acaba por atender pessoas da região metropolitana e superlotando os serviços que reclamam falta de UTIS e atendimento num curto espaço de tempo. Salientamos aqui que somente em 2013, por meio de doação, foi adquirido um equipamento de mamografia através de ações do Rotary e “Soroptimistas”, pois o único equipamento do hospital para se diagnosticar o câncer de mama estava quebrado, levando as mulheres que procuram este serviço para o hospital público AMI no município vizinho.

As desigualdades de gênero em números

Mercado de Trabalho

Segundo o Dieese, nas maiores regiões metropolitanas do Brasil, o rendimento médio anual das mulheres é 30% menor que o dos homens. No meio rural a desigualdade é ainda maior, as mulheres recebem em média 36% do valor do rendimento médio dos homens. Para as mulheres negras a desigualdade salarial é vergonhosa: elas recebem 55% menos do que a média salarial geral.

Pobreza

Segundo o relatório da ONU de 1995 as mulheres representam 70% do total de pessoas vivendo em situação de pobreza absoluta no mundo. Isso significa que falar em pobreza é falar de mulher. Nesse sentido, reafirmamos nosso olhar feminino de indignação e sabemos que por meio de uma participação equitativa e igualitária somos os sujeitos e os atores capazes de modificar e transformar o meio em que vivemos.

II PARTE

Capítulo III

A metodologia da investigação

Capítulo III

Metodologia da investigação

Esta investigação adotou parâmetros qualitativos partindo de um estudo de caso. Com base nesta metodologia, o investigador deverá proceder a uma articulação entre local/global, inserindo o objeto de estudo no contexto envolvente, uma vez que - salienta Boas (1940, *Some problems of methodology in the social sciences. In Race, language and culture. Chicago: The University of Chicago Press*) - o indivíduo pode ser compreendido unicamente como sendo parte integrante da sociedade a que pertence, ao mesmo tempo que essa sociedade só pode ser compreendida a partir das inter-relações existentes entre esses mesmos indivíduos.

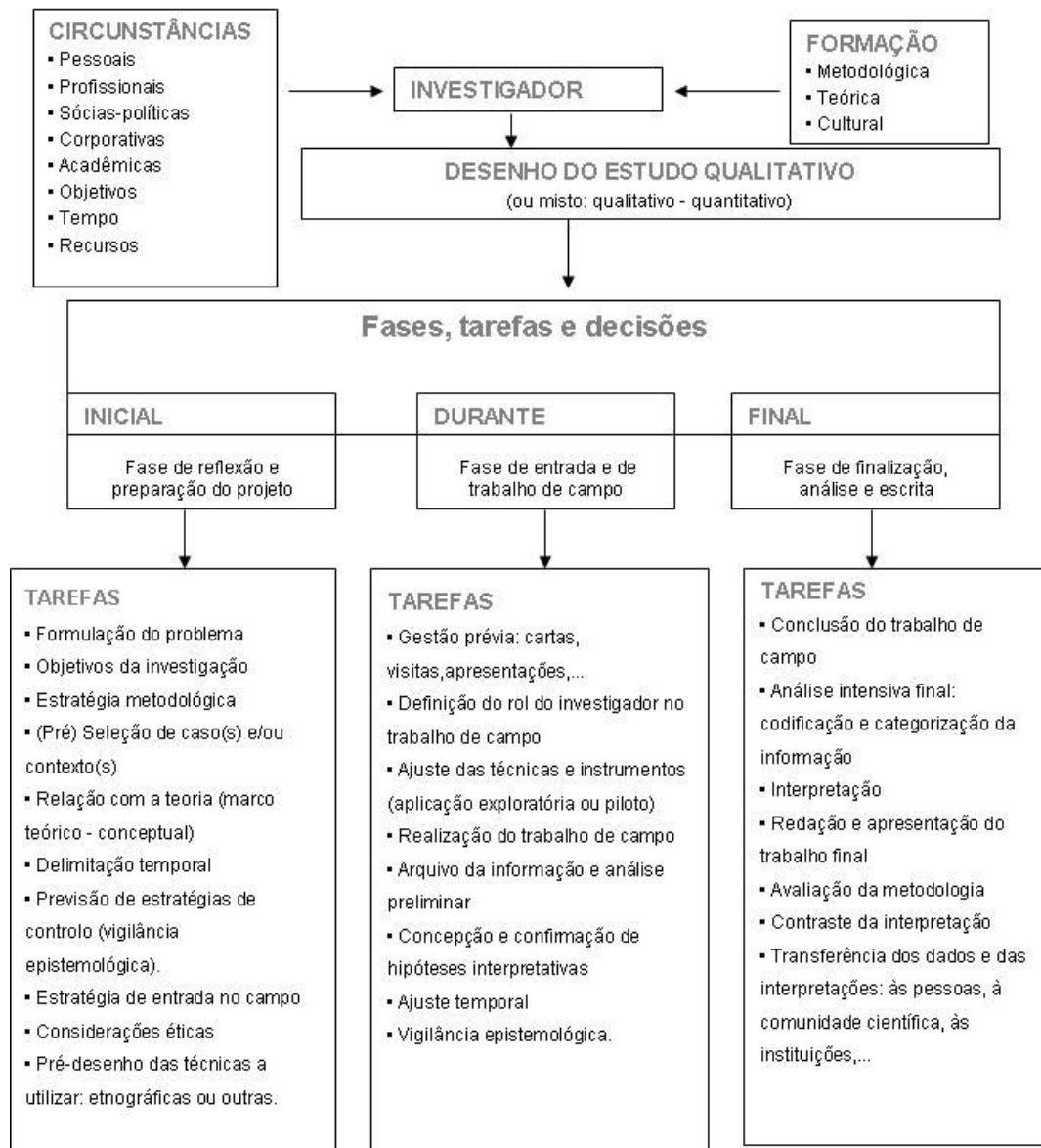
A decisão por esse estudo baseou-se em experiências concretas tendo em conta a relevância dos processos participativos como processos educativos nas estratégias locais de sustentabilidade. Esperamos com isso, somar este estudo a outros que componham um corpo interpretativo e metodológico, servindo de referência para melhorar as estratégias e as práticas de participação social e intervenção educativa perante a problemática socio ambiental a nível local.

Justificaremos também essa opção metodológica tendo em conta um conjunto de características da investigação qualitativa que se adaptam ao problema, objetivos e hipóteses da investigação apresentados na introdução e ao respetivo contexto espaço temporal.

Relativamente a questão prática, o formato e a realização de um projeto de investigação qualitativa exige uma determinada organização a nível de estrutura e de sistematização. Neste sentido, entendemo-lo com um processo que tome em conta a situação pessoal do investigador, as especificidades das fontes de informação e as características do contexto da investigação; deve descrever as tarefas que correspondem a cada uma das fases do projeto, desde a sua elaboração, passando pelo seu desenvolvimento até à sua apresentação escrita num trabalho final.

De acordo com Vallés (1997), adaptado por Meira (1999), podemos sintetizar alguns dos aspectos a serem tratados num processo de investigação qualitativa (Figura 2).

Figura 2 :Orientações para o desenho de investigações”qualitativas”



3.1 As estratégias qualitativas

A finalidade na amostra qualitativa é compreender o fenômeno de interesse, enquanto na quantitativa, a mesma visa generalizar os resultados à população, da qual foi extraída (MAYAN, 2001).

Segundo a autora, as investigações qualitativas dependem de amostras selecionadas propositalmente. O pesquisador escolhe indivíduos e contextos por meio das seguintes perguntas:

- Quem pode-me dar as melhores informações, referentes à pergunta de meu projeto de pesquisa? (Definindo os sujeitos da pesquisa)
- Em quais contextos eu conseguirei colher as melhores informações relativas à pergunta de meu projeto? (Definindo o local da coleta de dados)

Salientamos que os alguns dados na metodologia escolhida: em nosso caso particular: a qualitativa, se complementa com dados quantitativos, resultado de estudos realizados por outros investigadores e instituições.

Um estudo de caso

O estudo de caso é um dos procedimentos em que a maioria dos investigadores se utiliza para o seu primeiro projeto de âmbito qualitativo (Bogdan e Biklen, 1994).

De acordo com Benbasat et al apud [Jones, 1998] e [Trauth & O'Connor], o estudo de caso possui algumas características básicas:

- Fenômeno observado em seu ambiente natural;
- Dados coletados por diversos meios;
- Uma ou mais entidades (pessoa, grupo, organização) são examinadas;
- A complexidade da unidade é estudada intensamente;
- Pesquisa dirigida aos estágios de exploração, classificação e desenvolvimento de hipóteses do processo de construção do conhecimento;

- Não são utilizados controles experimentais ou manipulações;
- O pesquisador não precisa especificar previamente o conjunto de variáveis dependentes e independentes;
- Os resultados dependem fortemente do poder de integração do pesquisador;
- Podem ser feitas mudanças na seleção do caso ou dos métodos de coleta de dados à medida que o pesquisador desenvolve novas hipóteses;
- Pesquisa envolvida com questões "como" e "por que" ao invés de frequências ou incidências;
- Enfoque em eventos contemporâneos.

3.2 A delimitação de análise

O espaço e o tempo da investigação

O contexto sócio espacial da investigação refere-se ao município de Cubatão e seus respectivos atores políticos e governantes do poder local. A seleção deste contexto teve em conta critérios definidos de acordo com fatores de ordem acadêmico-científica e de ordem pessoal como já referido na justificativa e opção de escolha do tema.

As razões de ordem acadêmico-científica que consideramos relevantes para a seleção do contexto podem sintetizar-se em alguns pontos seguintes:

- como ensaio de investigação, o município oferecia condições necessárias e pertinentes ao estudo de caso, no âmbito do problema levantado e do objeto de estudo proposto;

Em 1998 é concluído o Plano Diretor do Município de Cubatão de acordo com a Lei Complementar Nº 2.512 de 10 de Setembro de 1998, sendo revisado em 2006, precisamente quando ocorria o encerramento da elaboração da Agenda 21 em Agosto deste mesmo ano. O respectivo Plano Diretor considera aspectos técnicos que direcionam e ordenam a expansão da cidade por meio da demarcação das áreas do território do município dispostas aos diferentes usos sociais, econômicos e ambientais.

De igual modo, especifica a forma pela qual a ocupação dessas áreas pode ocorrer. Considera os aspectos ambientais, de mobilidade, a capacidade do território e as regras básicas de seu uso, ocupação e parcelamento.

O Plano Diretor apresenta 7 objetivos que consideramos ajustados ao problema apresentado, que são: “(i) a integração Regional; (ii) a promoção da melhoria da qualidade de vida urbana e redução das desigualdades, que atingem diferentes camadas da população e setores da cidade; (iii) a eliminação gradual de deficiências existentes nas redes públicas de equipamentos sociais e de infraestrutura físicas que mais agudamente a população de baixa renda; (iv) o aproveitamento social do solo urbano, que devera ser adequado às necessidades fundamentais de habitação, trabalho, educação, saúde e lazer da população; (v) a melhoria da qualidade do meio ambiente urbano e o resguardo dos recursos naturais e do patrimônio histórico-cultural; (vii) a participação dos cidadãos nos processos decisórios da administração pública quem envolvam a organização do espaço, a prestação de serviços públicos e a qualidade do meio urbano.

Seguidamente as razões apresentadas, alguns fatores de ordem pessoal influenciaram a nossa decisão no contexto dessa investigação:

- o conhecimento prévio da comunidade e de pessoas relevantes para a investigação;
- a facilidade de aceder aos documentos e elementos da comunidade com interesse para a investigação;
- o valor custo benefício facilitado por ser a área de residência do investigador;

O período de realização da investigação vai de Fevereiro de 2012 a Março de 2013 e o contexto temporal do estudo incide sobre dados desde 1980.

A partir de 1985 uma união entre indústrias do Polo, comunidade e governo, juntamente com a Cetesb (Companhia Ambiental do Estado de São Paulo), evidenciou-se um intenso trabalho de preservação ambiental em Cubatão, e a cidade conseguiu controlar 98% do nível de poluentes no ar. A partir de 2006 a proposta da Agenda 21, abraçada pelo CIESP/CIDE, foi adotada como ferramenta para um planeamento estratégico de longo prazo, conciliando a atuação da indústria, do poder público e da comunidade. Foram definidos os objetivos prioritários para o desenvolvimento sustentável da cidade, englobando não apenas a questão do meio ambiente, mas o planeamento urbano e o desenvolvimento humano e social – saúde, educação, trabalho e habitação.”

14:59, 14/08/2012 REDAÇÃO ÉPOCA

A população em amostra

Alguns autores são unânimes em afirmar que inquirir todos os indivíduos (universo) é um processo moroso e dispendioso, na maior parte das vezes inútil e mesmo impossível. No nosso caso, o período em que decorre o trabalho de investigação e o fato de se tratar de um estudo prévio determinou a nossa opção pelos critérios abaixo definidos para recorrermos, como é usual nestes casos, a uma amostra, ou seja, a um subconjunto da população e selecionamos quatro grupos entre os promotores, participantes e potenciais participantes no processo que integrava a fase de diagnóstico do Plano Diretor: 1) políticos e governantes; 2) diretores executivos da administração pública; 3) técnicos e especialistas e 4) sociedade civil.

Decidimos definir, como ensaio de investigação como população, o grupo de políticos e governantes que fazem parte do poder local, justificado pelo fato de considerarmos que o objeto de estudo e o respetivo Plano Diretor são estratégias e instrumentos da esfera pública. Em continuação desta investigação, pretendemos alargar o âmbito do estudo aos outros três grupos sociais identificados.

No sentido de definirmos os critérios para a caracterização da população partimos da seguinte definição:

São políticos e governantes do poder local:

Cidadãos com funções políticas, pertencentes a partidos políticos ou independentes no exercício de funções nos órgãos do poder local ou que concorram com estes para as respetivas funções, seja através de partidos políticos ou como independentes.

Ficaram assim definidos a partir da estrutura governamental alguns grupos para a caracterização da população:

Poder Executivo:

Administração Direta

Prefeitura Municipal de Cubatão que tem o Poder Executivo sendo de sua competência a Administração Superior do Município, exercendo-a com o auxílio permanente dos Secretários Municipais e demais órgãos da municipalidade.

A Administração Direta é constituída pelo Prefeito, na qualidade de Chefe do Poder Executivo, pelas Secretarias Municipais que atualmente são 19, incluindo as Secretarias de Educação e Meio Ambiente, que serviram de apoio para este estudo e também pela Chefia de Gabinete do Prefeito, que exerce o poder pelo segundo mandato no período de 1/1/2009 a 31/12/2012 e de 1/1/2013 a 31/12/2016, Assessoria de Planejamento Governamental, Auditoria e Controladoria Interna e Procuradoria Geral do Município.

Administração Pública Indireta:

Companhia Cubatense de Urbanização e Saneamento - CURSAN

Companhia Municipal de Trânsito - CMT

Caixa de Previdência dos servidores Municipais de Cubatão

Poder Legislativo:

Câmara Municipal de Cubatão constituída por Vereadores (11) e proporcional à população do Município, no mínimo 09 (nove) e no máximo 55 (cinquenta e cinco) vereadores (art.º. 29, inciso IV, alíneas a, b e c da Constituição Federal). Em Cubatão, a Câmara é composta, atualmente, por 11 (onze) vereadores.

A câmara é composta de um representante legal do Poder Legislativo, responde administrativa e judicialmente pela Câmara e exerce funções executivas na administração e gerenciamento da casa.

Bancadas

Representam os vários partidos através dos 11 (onze) vereadores eleitos.³ As bancadas maiores, isto é, com mais vereadores pertencentes ao mesmo partido político, têm participação proporcional também maior nas decisões da Câmara.

³ Vereadores são cidadãos eleitos, para a Câmara Municipal, fazendo parte do Órgão Legislativo do Município

Líder

É o porta-voz da bancada partidária com representação na Casa e são indicados à Mesa mediante ofício. O partido que elegeu somente um vereador tem neste representante o seu próprio líder de bancada.

Divisões

São compostas por funcionários efetivos e de cargo em comissão e cuidam da parte administrativa e legislativa da Câmara Municipal.

Outros concorrentes a cargos políticos ⁴

Em se tratando de um estudo exploratório partimos do pressuposto que contaremos com dados provisórios, mas do qual poder-se-ão obter informações importantes e pertinentes para o âmbito do objeto de estudo e respondendo, naturalmente, aos objetivos da investigação.

Após apresentação da população e ao grupo de políticos e governantes do poder local, optou-se por definir uma pré-amostra constituída por políticos em exercício de funções no poder local e outros que, não estando em exercício de funções, tenham sido opositores ao cargo. A definição da pré-amostra ponderou as características e perfil da população, tendo em conta que, neste caso, os critérios de representatividade corriam o risco de serem parciais e arbitrários, podendo deixar de fora elementos relevantes para a investigação.

Nesse caso, recorreremos à técnica de amostragem não probabilística tendo como base critérios de seleção nas unidades da população intencional e utilizados de forma sistemática.

Aspetos tidos em conta para a definição dos critérios de seleção da pré-amostra:

⁴ Os cidadãos que representam estes grupos não desenvolvem atividade política no âmbito do objeto de estudo de forma a tornarem-se relevantes para esta fase de investigação, pelo que não foram considerados na definição dos critérios que apresentamos para a seleção da pré-amostra e, consequentemente, da amostra.

- ✓ Lista de políticos e governantes do poder local convidados para o III Fórum Acontece de Sustentabilidade de Cubatão promovido pelo Jornal Acontece em parceria com o Cepema de 25 a 29 de Abril de 2012.

O evento reuniu diversas autoridades, ambientalistas, poder público, empresários, entidades não-governamentais, acadêmicos, pesquisadores e profissionais da área. O tema tratado foi “RESÍDUOS SÓLIDOS: Responsabilidade compartilhada e realidade regional”. O evento contou ainda com parceiros, além do Cepema-USP, o Governo Federal, a Prefeitura Municipal de Cubatão, a Vale Fertilizantes e a Petrobras.

- Políticos e governantes do poder local em exercício de funções nos dois mandatos eleitorais [2008-2012] e [2012-2016] uma vez que o objeto de estudo incide dentro destes dois períodos;

- Políticos e governantes do poder local relevantes para a investigação em função dos objetivos definidos, dentre os quais:

1. Vereadores eleitos em 2012 para a 16ª legislatura desde 1/1/2013 a 31/12/2016: consideramos para a amostra os líderes de cada partido com representação na Câmara Municipal de Cubatão: PT/PSD/PTN: (3); PDT/PPS/PDC: (3); PMDB/PRB/PSDC: (2); PSDB/DEM: (2); PR/PSB/PP: (1)

1.1 Diretor Secretário e Presidente da Câmara na gestão 2011 e 2012.

1.2 Prefeitura Municipal de Cubatão: Foi possível o contato e entrevista com as Secretarias de Educação e Meio Ambiente.

3.3 Dados da investigação

As técnicas da recolha

Em se tratando de metodologias qualitativas podemos contar com várias técnicas de recolha de dados tais como a observação participante, a entrevista, grupos de discussão, histórias de vida, a história oral, entre outros. No entanto, optando por uma

ou mais técnicas anteriormente referidas, não podemos deixar de considerar nesta investigação a pesquisa documental.

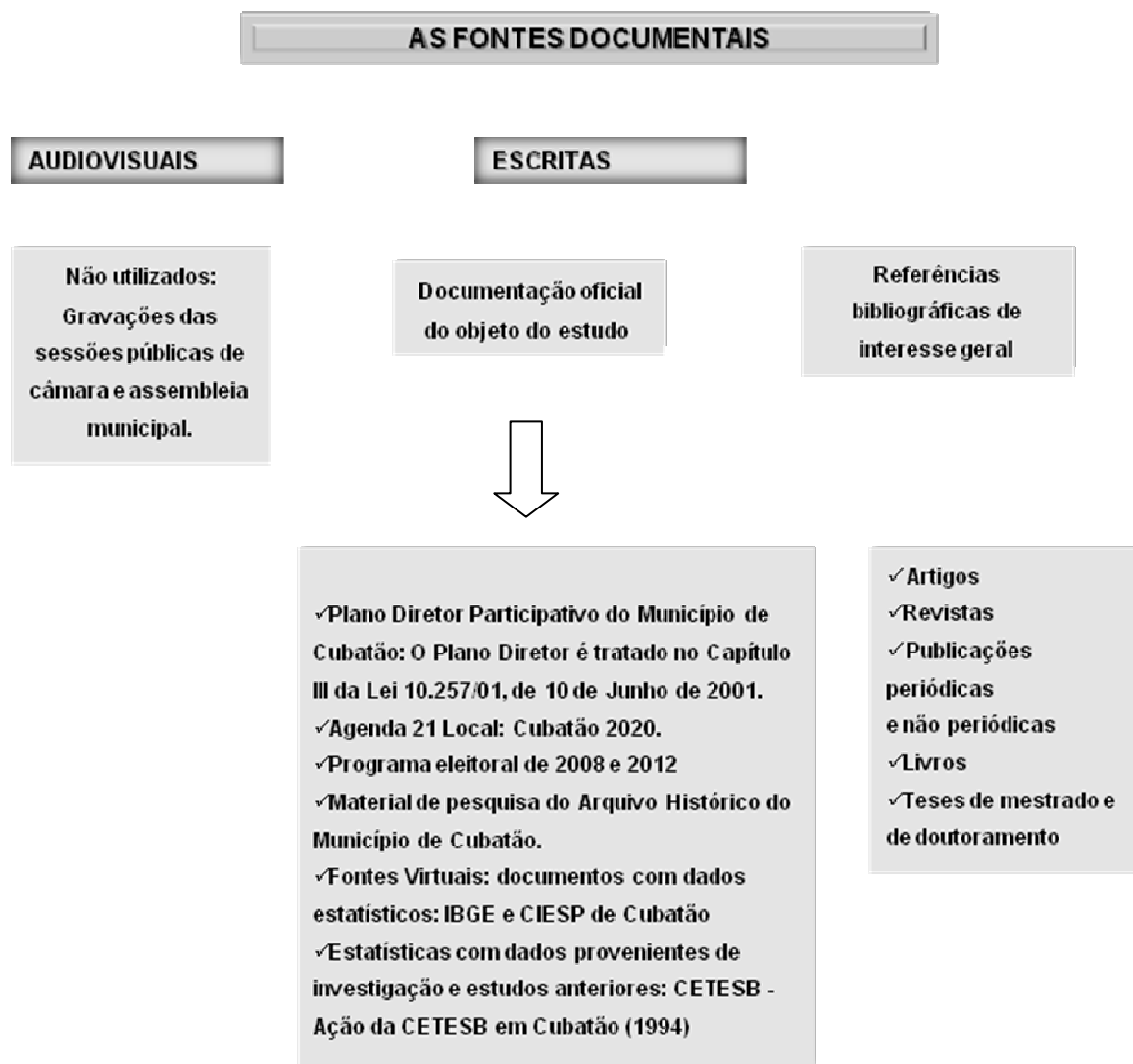
Neste caso, fizemos uso da metodologia qualitativa baseada num estudo de caso, por isso, para o nosso trabalho de investigação, como técnicas de recolha de dados além da pesquisa documental, de entrevistas, fizemos uso da observação participante. A observação participante tem origem na antropologia e na sociologia e é geralmente utilizada na pesquisa qualitativa para coleta de dados em situação em que as pessoas se encontram desenvolvendo atividades em seus cenários naturais, permitindo examinar a realidade social (Holloway e Wheeler, 1996)

As fontes documentais

Foram necessárias revisões de diversos documentos escritos acerca dos conhecimentos teóricos produzidos na linha de investigação seguida e sobre as referências relacionadas com o contexto territorial, social e político da investigação. Pretendemos desta forma, alcançar os seguintes objetivos: a) ampliar o referencial teórico sobre participação e educação ambiental para a sustentabilidade local, e Agendas21 Local; b) conhecer estudos similares desenvolvidos dentro do mesmo tema proposto; c) compreender a realidade socio ambiental da comunidade a que se refere o objeto de estudo c) refletir sobre alguns grupos de minoria étnica no contexto da participação social.

Na pesquisa documental foram considerados três aspetos para a obtenção de informação oportuna e relevante relacionada com o contexto da investigação e o objeto de estudo: situação, descrição e documentação.

FIGURA 3: AS FONTES DOCUMENTAIS



ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Elaboração, validação e administração dos dados

Por se essa opção na recolha dos dados, no caso da entrevista, nos deparamos diante de dois paralelos entre informação procurada e a informação obtida. De acordo com Quivy e Campenhoudt (2003: 164). Assim a informação que se produz pelo entrevistado e recolhida pelo entrevistador é menos objetiva do que noutras situações que se poderiam ter adotado, pelo que foram tomadas algumas medidas na administração das entrevistas de forma que a informação obtida não fosse alterada, voluntariamente ou não.

Evidenciamos que entrevistas exploratórias, fornecem ideias, tópicos e hipóteses de trabalho que podem ajudar a estruturar os núcleos temáticos e os respectivos tópicos das entrevistas seguintes, por isso o cuidado na abordagem para não induzir as respostas e/ou nos levar a diagnósticos precipitados.

Como referido anteriormente, pela opção de escolha do tema, não nos foi difícil marcar as entrevistas e sermos atendidos, no entanto, por se tratar de ano eleitoral e com especificidades concretas na área de Meio Ambiente como a Rio + 20, realizada em Junho de 2012, o período de eleições municipais de Cubatão em 2012 a partir do segundo semestre, contribuíram para enormes desafios em relação ao estágio e a investigação.

Análise de conteúdo e interpretação dos dados

Segundo Quivy e Campenhoudt (1992), com esta etapa da investigação pretende-se tratar a informação obtida através da observação, assim sendo, comparar os resultados observados com os esperados a partir das hipóteses.

Consideramos este método, como sendo capaz de satisfazer as exigências metodológicas adotadas na interpretação das informações quanto aos aspetos formais da comunicação, considerados indicadores da atividade cognitiva do informador, dos significados sociais ou políticos do seu discurso ou do uso social que faz da comunicação. (Bardin: 1988).

A análise de conteúdo incide ainda, segundo Quivy e Campenhoudt (2003: 226), sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevista pouco objetivas, existindo diferentes métodos de análise de conteúdo e tendo em vista a escolha daquele que seguiremos na nossa investigação consideramos, como refere Martins, (1989, 129) “o quadro conceptual, quer de ordem teórica, quer de ordem metodológica, onde se pretende inserir a análise”, importando, neste sentido, e de acordo com a referida autora, ter em conta, em primeiro lugar, o referencial teórico da investigação; em segundo lugar, a finalidade da análise e, em terceiro lugar, a avaliação das suas características que deve passar por ser clara, completa, fiel e relevante.

Na primeira fase do método de análise de conteúdo é feita a leitura atenta dos documentos selecionados, com a finalidade de organizar globalmente a informação e

identificar os extratos que possam responder às hipóteses. Na organização dos dados sendo considerados todos os elementos em função dos objetivos da entrevista é, ainda, definido um conjunto de indicadores que possam contribuir para fundamentar a interpretação final. Estes indicadores podem surgir a partir de uma menção explícita de um tema numa mensagem ou a partir da repetição de determinadas palavras, gestos, sons ou expressões.

Na segunda fase, de acordo com classificação Bardin (1998: 101) codificam-se os dados e organizam-se sendo, posteriormente, agrupados em macro categorias de conteúdo. Sem implicar uma classificação, as unidades amplas de análise devem refletir temas e tendências amplas do objeto de estudo e constituir relações genéricas entre si.

Na terceira fase, a partir dos “resultados brutos” e do esquema de macro categorias, constroem-se categorias de análise, reduzindo-se e reagrupando-se a informação de acordo com grupos temáticos e procede-se ao respetivo tratamento de maneira a serem significativos e válidos. Interpretam-se os resultados e, depois de submetidos a testes de validação, elaboram-se um marco explicativo e coerente suportado pelo referencial teórico e pelos objetivos da investigação.

III PARTE

Capítulo IV
Cubatão em contexto

Capítulo V
Verificação e interpretação dos dados

Capítulo IV

Cubatão em contexto

4.1 O Poder Local no Brasil

Antes do contexto do município, apresentamos um entendimento sobre o poder local no Brasil. A figura de estado é formada pelo povo, território e governo. A organização política brasileira é constituída pela união, composta pelos estados, 26 estados e o Distrito Federal (onde fica a capital Brasília). Os estados são formados por municípios, estes em distritos. Atualmente o Brasil possui 5.565 municípios de acordo com o último censo realizado pelo IBGE em 2010.

Pela constituição brasileira estão definidos direitos e deveres dos cidadãos, bem como a definição dos 03 poderes:

- ✓ - **Poder Executivo Federal** - representado pelo presidente da república, auxiliado pelos ministros.
- ✓ - **Poder Executivo Estadual** - tem como liderança o governador do estado e seus secretários.
- ✓ - **Poder Executivo Municipal** - exercido pelo prefeito, tendo como auxiliares seus secretários.
- ✓ - **Poder Legislativo Federal** - é formado por duas câmaras. A do Senado Federal (81 senadores, 3 por estado, mais um do DF) e a Câmara Federal (513 deputados federais).
- ✓ - **Poder Legislativo Estadual** - formado por deputados estaduais
- ✓ - **Poder Legislativo Municipal** - formado por vereadores
- ✓ - **Poder Judiciário** - tem como órgão máximo o supremo tribunal federal

Eleições

O primeiro turno das eleições ocorre no primeiro domingo de outubro e o segundo turno no último domingo de outubro (se houver). O segundo turno ocorre em eleições para presidente, governador e prefeito e tem mandatos de 4 anos.

O governo municipal e suas competências

O governo municipal realiza-se através de seus dois Poderes, Executivo e Legislativo, que são a Prefeitura e a Câmara de Vereadores, com suas funções específicas e divididas. Tanto a Prefeitura como a Câmara, através do sistema de divisão de funções, exercem suas atribuições com plena independência entre si e em relação aos poderes e órgãos da União e dos Estados. Não há subordinação ou dependência dos poderes na área de sua competência definida na Constituição.

Em relação aos municípios, sua ação se exerce sobre os seguintes campos, relacionados no artigo 30 da Constituição de 1988:

- ✓ Legislar sobre assuntos de interesse local;
- ✓ Suplementar a legislação federal e a estadual no que couber;
- ✓ Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados por lei;
- ✓ Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação estadual;
- ✓ Organizar e prestar, diretamente ou sob-regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- ✓ Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental;
- ✓ Prestar, com a cooperação técnica da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- ✓ Promover, no que couber adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- ✓ Promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

Das atribuições do Executivo Municipal, ressaltamos novamente a importância da competência genérica de organizar e prestar os serviços públicos de interesse local, entendidos como aqueles que sejam de interesse predominantemente municipal, em relação ao Estado e à União. Seguindo esse conceito, são obras e serviços da competência

municipal todos aqueles que se enquadrarem nas atividades reconhecidas do município, segundo o critério da predominância de seu interesse, como, por exemplo, a limpeza pública, o fornecimento de água, a extensão de redes de esgotos e de iluminação pública, a prestação de serviços de saúde e de educação fundamental, a assistência social, a execução de obras viárias e de infraestrutura e todas as demais realizações municipais cuja demanda acaba exigindo cada vez mais constantes e novas atuações.

O município brasileiro possui ainda, garantido pela Constituição de 1988, o poder de editar sua própria Lei Orgânica. Essa lei, também conhecida como Carta Própria, equivale a uma Constituição Municipal (Meirelles, 1997b). Geralmente constam da Lei Orgânica Municipal preceitos que determinam as regras para a realização das eleições municipais, a composição da Câmara de Vereadores, as remunerações do executivo municipal, as proibições e incompatibilidades a que estão sujeitos Prefeito e Vereadores, a organização municipal, as normas administrativas, a administração tributária e financeira do município, o planejamento municipal e seus instrumentos, a participação popular e a adoção de políticas para o desenvolvimento do município nos diversos setores. As Leis Orgânicas são, em resumo, regulamentos que criam direitos e concedem poderes aos municípios, dentro das prerrogativas que lhes foram outorgadas pela Carta de 1988.

A administração municipal

A administração municipal é dirigida pelo Prefeito que, como chefe do Executivo local, comanda, supervisiona e coordena os serviços de peculiar interesse do município, auxiliado por secretários municipais, coordenadores ou diretores de departamento, de acordo com a estruturação da Prefeitura e a maior ou menor desconcentração de suas atividades.

4.2. O município político-administrativo de Cubatão

Foi decretada pela Assembleia Legislativa e promulgada pelo Governador do Estado, o Sr. Ademar de Barros, em 24 de dezembro de 1948, a nova divisão territorial da região sob o nº 233, na qual Cubatão era desmembrada de Santos a partir de 1º de janeiro de 1949 e ficaria sob a administração do Prefeito de Santos, Sr. Álvaro Rodrigues, até assumir o poder o Prefeito do novo município. Na mesma ocasião, a Câmara Municipal, também tomaria posse contendo 13 vereadores.

Foi então eleito pelo voto, como primeiro Prefeito, Armando Cunha em 9 de Abril de 1949, tomando posse o Prefeito e a Câmara, ocorria-se de fato a Emancipação Político-Administrativa de Cubatão.

Quadro: 6 Relação dos Prefeitos de Cubatão

1	Armando Cunha	09/10/49 a 09/04/53.
2	Luiz de Camargo da Fonseca e Silva	9/04/53 a 09/04/57.
3	Armando Cunha	09/04/57 a 09/04/61.
4	Abel Tenório de Oliveira	09/04/61 a 24/05/64.
5	José Rodrigues Lopes	24/05/64 a 09/04/65.
6	Luiz de Camargo da Fonseca e Silva	09/04/65 a 09/04/69.
7	Aurélio Araújo	09/04/69 a 24/05/71.
8	Zadir Castelo Branco	24/05/71 a 11/12/75.
9	Carlos Frederico Soares Campos	11/12/75 a 17/02/82.
10	José Osvaldo Passarelli	18/02/82 a 05/02/85.
11	Nei Eduardo Serra	06/02/85 a 31/12/85.
12	José Osvaldo Passarelli	01/01/86 a 31/12/88.
13	Nei Eduardo Serra	01/01/89 a 31/12/92.
14	José Osvaldo Passarelli	01/01/93 a 31/12/96.
15	Nei Eduardo Serra	01/01/97 a 31/12/00.
16	Clermont Silveira Castor	01/01/01 a 31/12/2004.
17	Clermont Silveira Castor	01/01/05 a 31/12/08.
18	Márcia Rosa de Mendonça Silva	1/1/2009 a 31/12/2012.
19	Márcia Rosa de Mendonça Silva	1/1/2013 a 31/12/2016.

Elaboração própria

Contexto Político de Cubatão

Desde 1949 até 1982, o contexto político da cidade tem um cenário de desavenças marcantes. Em 1953, Armando Cunha é sucedido por Luiz de Camargo da Fonseca e Silva, mas em 1957 quando retorna à Prefeitura, diferentes grupos políticos se formam na cidade, iniciando-se assim, um período de discórdias.

Em 1961, em meio a uma disputa recheada de intrigas, Abel Tenório de Oliveira, de origem nordestina, é eleito Prefeito. É uma fase de conflitos, que culmina com a morte do vereador

Aristides Lopes dos Santos, o Dinho, e a morte do próprio Prefeito Abel Tenório; ambos são crimes políticos, e encobertos pelas sombras do tempo e da Revolução de 1964.

Com a morte do Prefeito, assume seu Vice, José Rodrigues Lopes, que termina seu mandato em 1965, sendo sucedido pelo médico Luiz Camargo. Nesta fase, a do endurecimento do Regime Militar iniciado em 1964, o Governo Federal torna Cubatão "Área de Segurança Nacional" com a lei 5.449, em vista seu interesse estratégico industrial, elétrico e de fornecimento hídrico. Começa a fase dos "Interventores".

Neste período no Brasil, em 1968 Randau Marques, um jornalista que trabalhava no Jornal Comércio de Franca, auxiliado pelo geneticista Reinaldo Aizolbel denunciou ao mundo a gravíssima poluição industrial que elevaria Cubatão a condição de "Vale da Morte". O jornalista foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional, o que lhe rendeu indiciamento em três processos, os rituais de tortura do DOI-CODI e seis meses de prisão.

FIGURA 4: Reprodução da página do jornal estadunidense *The New York Times*.



Identifica-se que o cenário político administrativo da cidade está ligado de maneira paralela a crise sócio ambiental deste período.

Em 1982, foi nomeado o advogado José Osvaldo Passarelli. Nesta década, a poluição emitida pelas indústrias sinalizava o passivo ambiental deixado, que se multiplicaria mais tarde, dois anos após sua posse, em 1984, um incêndio com dutos de gás da Petrobras numa área conhecida como Vila Soco, mataria incontáveis pessoas, pois nem mesmo a Prefeitura, nem o Governo Estadual nem a Petrobras conseguiram precisar o número de

mortos, sabe-se que foram doados em princípio 300 caixões para os corpos amontoados na escola João Ramalho, segundo jornal da época.

Seguindo-se a isto, um dos maiores desastres ecológicos mundiais também não podia mais ser negligenciado, visto que em Setembro deste mesmo ano, um estudo da CETESB revelou que a concentração de material particulado no ar da Vila Parisi tinha chegado a 1.784 microgramas por m³ no dia 19 de abril. Segundo a OMS, bastariam apenas 875 microgramas para matar crianças e velhos, dependendo do tempo de intoxicação, ocorriam (mortes neonatais e encefálicas), até hoje sem a devida explicação estatística.

Sobre esta questão, em Junho de 2012, portanto, no período em que decorria o estágio no município, conversamos com alguns moradores do Bolsão 8, encontramos uma Senhora de 76 anos e ex-moradora da Vila Parisi que em formato confidencial nos contou o quanto era difícil viver em condições tão desumanas...“Naquele tempo, soube de pelo menos 3 casos...mas, prefiro nem me lembrar...”*

Pelo fato dos moradores terem sido transferidos para um local que denominaram de Jardim Nova Republica, que culminava com a eleição de Tancredo Neves, o Prefeito acaba por desagradar o governo que o substitui em 1985 por outro interventor: Nei Eduardo Serra, advogado ligado à administração da Companhia Siderúrgica Paulista, que assume o governo em meio ao retorno à autonomia municipal, que ocorre através da Emenda Constitucional n. 25, de autoria do Deputado Gastone Righi. Em 15 de novembro, na primeira eleição para Prefeito desde 1964, é eleito o antigo Interventor José Osvaldo Passarelli. Em 1990, dois anos depois de promulgada a nova Constituição de 1988, é aprovada a Lei Orgânica do Município, elaborada pela Câmara Municipal.

De 18/02/1982 até 31/12/2000, se dá a dobradinha Passareli x Ney Serra e somente em 2000, é eleito o médico Clermont Silveira Castor evidenciado como sendo muito popular. Mas, num crime político que ainda hoje não foi solucionado, é alvejado com um tiro, mas sobrevive, fato ocorrido em Julho de 2001.

Juntamente com a Organização das Nações Unidas, a Prefeitura e o Governo do estado, Cubatão se torna, na década de 1990, "exemplo mundial de recuperação ambiental", com a volta de um símbolo de sua fauna, o guará-vermelho.

Em 2008, Márcia Rosa de Mendonça Silva (PT) tinha sido eleita na ocasião com 42.108 votos, sendo a primeira mulher a ocupar a Prefeitura de Cubatão.

Em 2012, a Prefeita petista foi reeleita com 39.969 de votos, o que corresponde a 55,36% do total de votos válidos. O ex-prefeito Nei Serra (PSDB) ficou em segundo lugar. Ele teve 24.354 votos, o que corresponde a 33,73% dos votos válidos. Engenheiro Pedrinho de Sá (PTB) conseguiu 6.953 votos, o equivalente a 9,63%. Toninho da Elétrica (PSOL) teve 927 votos (1,28%). Segundo a Justiça Eleitoral, o índice de abstenção na cidade foi de 16,18%

4.3. Cubatão na colonização

A história de Cubatão remonta ao séc. XVI.

Em 1532, Martim Afonso de Souza desembarca em São Vicente para dar início ao projeto de colonização portuguesa no Brasil. São feitas, então, as primeiras doações de terras aos colonos portugueses (sesmarias). Doações, estas, que coincidem em grande parte com o atual território de Cubatão.

Cubatão era ponto de passagem obrigatório, devido a sua localização entre o planalto e o porto. Era o lugar onde tinha início a escalada da Serra do Mar. Devido às grandes dificuldades para vencer as escarpas da Serra, os colonizadores, seguindo as pegadas dos indígenas, procuravam diversos pontos de subida, visando utilizar aquele que mais facilitasse a difícil caminhada. Todas as mercadorias e pessoas vindas do planalto desciam a serra em lombo de mula ou a pé, depois utilizavam os rios que cortavam a região para chegar ao porto, pois nessa época não havia estrada que ligasse Cubatão a Santos. Cubatão funcionava como ponto de transbordo, carga e descarga.

Em 1643, os padres jesuítas que aqui habitavam, dominavam grande parte das terras que margeiam o rio Cubatão. Em 1713, já tinham conseguido o arrendamento da Passagem do Cubatão (atual Praça Coronel Joaquim Montenegro), conhecido como Largo do Sapo. Havia recebido o direito de explorar a baldeação de uma margem à outra. Mas os padres estenderam esse privilégio a toda navegação até Santos e ainda tentaram impedir a concorrência de outros particulares. Assim, ali, funcionou uma espécie de alfândega, sendo obrigatório o pagamento de um pedágio (pessoas e mercadorias), além de

alugarem botes e canoas. Isso persistiu até 1759, quando os jesuítas foram expulsos de Portugal e de suas colônias.

Tendo vindo para o Brasil alguns colonos da Ilha dos Açores, estabeleceram-se eles na referida fazenda dos extintos jesuítas e receberam os títulos das respectivas sesmarias. Eram eles: Manuel Antônio (o primeiro a vir, em 1814), Manuel do Conde, Manuel Espínola Bittencourt, Manuel Raposo e Manuel Corrêa.

Como pela Serra de Cubatão, era feito o transporte das mercadorias e pessoas que por aqui passavam, fazia-se necessárias melhorias. Assim, devido às más condições de subida da serra, Bernardo José Maria de Lorena, então Governador da Capitania de São Paulo, determina que seja construída melhores vias de acesso entre o planalto de Piratininga e o Porto de Santos, inaugurando em 1792 a Calçada do Lorena, toda feita com pedras, sendo considerada a obra mais importante realizada no caminho de São Paulo - Cubatão na Era Colonial. É importante salientar que toda ação de Bernardo José Maria de Lorena, foi orientada no sentido de favorecer os agricultores de serra acima.

Em 1827 é concluída a construção do Aterrado ligando Cubatão ao Porto de Santos. Havia um interesse muito grande dos comerciantes de São Paulo e de Santos na execução dessa obra, pois com a travessia das mercadorias por rio, muitas vezes eram prejudicados por causa do mau tempo ou devido o tombamento de canoas. Nos primeiros anos, após a construção do Aterrado e a progressiva diminuição do transporte fluvial, a região, embora inicialmente tenha sido pouca abalada, continuou em rápido progresso. O Aterrado também alterou a função secular de transbordo, fazendo que houvesse o deslocamento do povoado da Vila do Porto Geral, na margem esquerda do rio (atual Praça Coronel Joaquim Montenegro), para o longo desse caminho, atual Avenida 9 de Abril.



Mapa 1 : Localização de Cubatão

4.4 Cubatão na geografia

Cubatão é um município do estado de São Paulo, na Região Metropolitana da Baixada Santista, microrregião de Santos. A população aferida na contagem de 2008 foi de 127.702 habitantes. A cidade ocupa 142,3 km² de área, o que resulta numa densidade demográfica de 845,3 hab/km². É o único município da Baixada Santista que não é litorâneo.

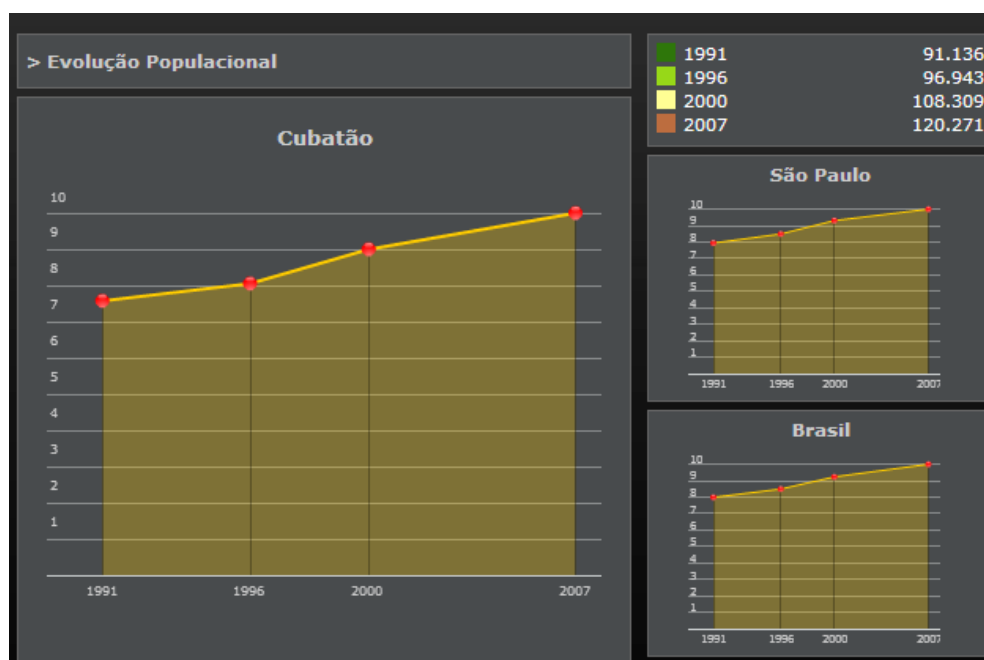
Faz divisa com os municípios de Santo André, ao norte, Santos, ao leste, a Baía de Santos, ao sul, São Vicente, a sudoeste São Bernardo do Campo, a noroeste.

Com 120.271 habitantes em 2007, sua taxa de crescimento populacional foi de 1,58% ao ano entre 2000 e 2007, maior que a estadual (1,1%) e maior que a nacional (1,21%). O município apresentava, em 2000, um predomínio de homens, por conta de trabalhos na indústria e uma estrutura populacional formada principalmente por adultos (25 a 64 anos). Observando-se a pirâmide etária, verifica-se um maior número de pessoas na faixa de 15 a 19 anos.

Gráfico 1 :População, por faixa etária (Censo 2010)

População, por faixa etária (Censo 2010):		
Faixa etária	Homens	Mulheres
Menos de 1 ano	879	837
1 a 4 anos	3.622	3.495
5 a 9 anos	4.846	4.646
10 a 14 anos	5.299	5.028
15 a 19 anos	5.058	5.198
20 a 24 anos	5.707	5.390
25 a 29 anos	5.886	5.604
30 a 34 anos	5.181	5.279
35 a 39 anos	4.566	4.591
40 a 44 anos	4.488	4.458
45 a 49 anos	3.884	4.000
50 a 54 anos	3.213	3.295
55 a 59 anos	2.495	2.409
60 a 64 anos	1.566	1.728
65 a 69 anos	1.017	1.365
70 a 74 anos	742	943
75 a 79 anos	405	608
80 a 84 anos	238	363
85 a 89 anos	102	183
90 a 94 anos	27	56
95 a 99 anos	8	10
100 anos ou mais	0	5

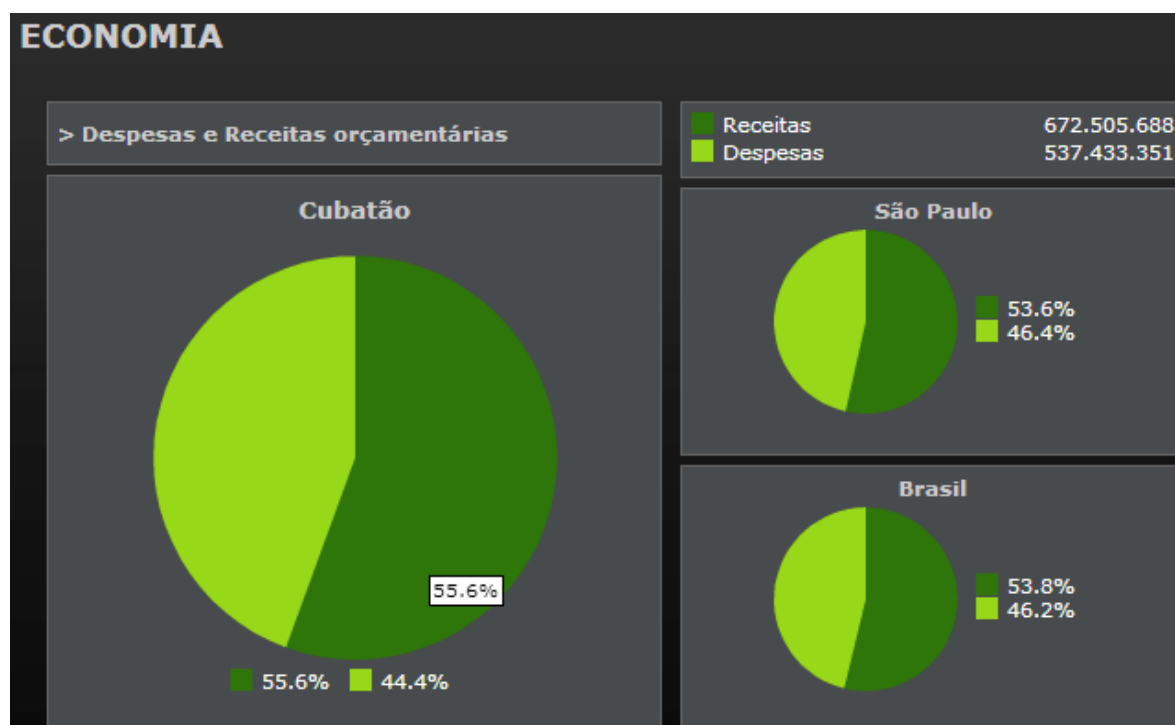
Gráfico 2: Evolução Populacional de Cubatão



Quanto aos indicadores de educação, Cubatão tinha, em 2000, 96,89% de pessoas frequentando curso de nível fundamental (considerando a parcela da população entre 7 e 14 anos de idade), o que o coloca em situação superior à estadual e superior à nacional. A escolaridade da população de 25 anos ou mais de idade foi a seguinte: 9,21% "sem instrução ou menos de 1 ano de estudo"; 34,00% com "1 a 4 anos de estudo"; 28,39% com "5 a 8 anos de estudo", 21,94% com "9 a 11 anos de estudo"; 6,02% com "12 anos ou mais de estudo"; e 0,44% "não determinado".

No que se refere ao rendimento familiar *per capita*, Cubatão possuía, em 2000, a maior parte de suas famílias concentradas na classe "mais que 1 até 3 salários mínimos" (41,92%), seguida da classe "mais que meio até 1 salário mínimo" (22,95%) e da "Mais que 3 até 5 salários mínimos" (11,13%). Cabe ressaltar que a proporção de famílias sem rendimento ou com rendimento de até 1 salário mínimo situava-se acima daquela registrada no Estado e abaixo da do País.

Gráfico 3: Despesas e Receitas orçamentárias de Cubatão



Em 2005, a indústria constituía o setor mais expressivo da economia municipal, seguido dos serviços (exclusive administração pública). A indústria é responsável, em 2006, por 3,4% do Valor da Transformação Industrial (VTI) e 0,6% do pessoal ocupado no Estado. Em relação ao Brasil, participa com 1,33% no VTI nacional, e 0,22% do pessoal ocupado na indústria.

As principais divisões industriais são a metalurgia básica, a fabricação de produtos químicos, a fabricação de máquinas e equipamentos e a fabricação de produtos de metal (exceto máquinas e equipamentos).

No setor industrial, as 5 primeiras ligações empresariais de Cubatão (num total de 33) são com os municípios de São Paulo/SP, Rio de Janeiro/RJ, Curitiba/PR, Belo Horizonte/MG e Ipatinga/MG (ligações empresariais são indicadas pela presença de empresas com unidades locais em mais de um município).

4.5 Cubatão: industrialização no tempo

Cubatão foi a primeira cidade do país a se industrializar. Foi o símbolo da transformação do Brasil rural no Brasil industrial na década de 50. A cidade foi escolhida porque reunia vários atributos. Ficava num vale protegido pela Serra do Mar (o que mais tarde se revelou um pesadelo por dificultar a dispersão de poluentes), tinha abundância de água (a usina Henry Borden foi inaugurada em 1926), e estava no meio do caminho entre o planalto e o porto de Santos, já o maior do país.

Em 1955 foi inaugurada a Refinaria Presidente Bernardes, da Petrobras, e na década seguinte a Cosipa, que atraíram uma série de indústrias que passaram a usar seus subprodutos como insumos ou combustível.

A construção do parque industrial atraiu gente principalmente dos Estados do Norte, Nordeste, e do sul de Minas Gerais. Estima-se que 70% da mão de obra era de fora. Os migrantes passaram a morar nos arredores das futuras unidades industriais — uma delas a Vila Parisi, que chegou a ter milhares de habitantes antes de a população ser removida.

A cidade de Cubatão, a 40 km de São Paulo, que agora é ícone de recuperação ambiental, esta como a Serra do Mar que controlou os poluentes, mas manteve em outras áreas o seu passivo. A implantação do Polo Industrial de Cubatão a partir dos anos 50 e a conseqüente resposta da natureza estão em contraste entre a produtividade, a competitividade e a realidade socio ambiental verificada e vivenciada, considerando que mais de 40% da população vivem em comunidades carentes. O oposto do que apregoa o conceito de desenvolvimento sustentável, processo esse onde o equilíbrio de objetivos sociais,

econômicos e ambientais deve atender as necessidades da sociedade presente, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

No início do século XX, Cubatão era um lugar bonito repleto de matas, rios, cascatas, mangues, um vale rodeado pela bela Serra do Mar. A excelente disposição geográfica, a apenas 40 km de São Paulo, maior centro consumidor e produtor do Brasil e a proximidade com o Porto de Santos, entrada e saída de cargas, assim como a abundância de água, uma malha viária moderna (à época, Anchieta e Piaçaguera) e mão-de-obra disponível, foram atrativos à grande industrialização da região. Cubatão tornou-se assim, a partir da década de 60, um grande Pólo Industrial. Ali foram instaladas 23 indústrias de ponta, entre as quais uma refinaria, uma siderúrgica, nove fábricas de produtos químicos e sete de fertilizantes. A produção industrial deu ao município o quarto lugar dentro do estado de São Paulo, em arrecadação de impostos. As exportações atingiam a casa de 500 milhões de dólares - cerca de 2% das exportações de todo o País, na época.

O desenvolvimento avançava sem preocupação alguma com a questão ambiental. Emissões no ar, nos rios e no solo eram realizadas sem grande controle. A resposta veio rápida. Num período de aproximadamente 15 anos, Cubatão apresentava sinais de uma degradação ambiental sem precedentes na história brasileira. Na serra do mar era possível ver áreas sem vegetações, verdadeiras cicatrizes na montanha. Cerca de 60 km² da Mata Atlântica foram atingidos, provocando erosão nas encostas, escorregamentos de solo e assoreamento das drenagens superficiais, resultando em riscos às instalações industriais e bairros próximos, além de inundações em Cubatão. A topografia desfavorável à dispersão dos poluentes mantinha o ar sempre pesado e com cheiro de produtos químicos, sinais evidentes das condições atmosféricas inapropriadas, os peixes e as aves desapareceram.

Cubatão era campeã nacional em doenças respiratórias. Em seis meses, no período de outubro de 1981 a abril de 82, nasceram 1.868 crianças: 37 estavam mortas; outras cinco apresentavam um terrível quadro de desenvolvimento defeituoso do sistema nervoso; três nasceram com anencefalia (ausência de cérebro) e duas tinham um bloqueio na estrutura de células nervosas que liga o cérebro ao resto do corpo através da espinha dorsal (fechamento do tubo neural). Então ficou claro que o descaso e o desrespeito com o meio-ambiente não passariam impunes.

Era hora do estado intervir de forma mais rigorosa, do que apenas promulgar as advertências e multas contra as empresas que violavam os níveis máximos de emissão de poluentes. Esse contexto levou o governo do estado a iniciar em 1983 um plano de

recuperação ambiental, cuja implementação ficou sob a responsabilidade da Cetesb - Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental, ligada à Secretaria do Meio Ambiente do governo de São Paulo. O engenheiro Luiz Antonio Brun participou, na época, desse projeto de recuperação, desde os primeiros estudos até a constatação dos resultados positivos, quando então já ocupava o cargo de gerente regional da Cetesb.

Segundo ele, a primeira medida foi o mapeamento das emissões. “Foram detectadas 320 fontes de alto potencial, sendo 230 lançados no ar, 44 nas águas e 46 no solo. Também se constatou uma emissão de cerca de 115 mil toneladas/ano de poluentes, dentre os quais substâncias como o dióxido de enxofre, hidrocarbonetos, óxido de nitrogênio, amônia e fluoretos” – contou o engenheiro.

De 2000 até 2002, a antiga Cosipa (Companhia Siderúrgica Paulista), hoje privatizada e nomeada Usiminas, juntamente com o Consórcio Camargo Correia e Usiminas Mecânica, contratou uma empresa austríaca Voest Alpine Ltd para implantar a nova Aciaria, que previa menos despoejamento. Obra em que o autor trabalhou como secretário do Consórcio Camargo Correia.

O cubatense sofreu bastante com o problema, tanto com as doenças quanto com o estigma de ser morador da região mais poluída do país. O problema virou até letra de música de na época tinha o refrão: “... Aqui o ar realmente existe, dá até para pegar. Ai! O verde... As árvores são verdes, o rio é verde, o céu, a terra, o sol, as borboletas, as pessoas, tudo verde...” e numa alusão ao hino: “...Em tua história encerra paz amor e poluição...”

Após iniciado o rígido programa de despoluição ambiental. Os resultados foram imediatos: no período de menos de dez anos, os índices das fontes poluidoras foram reduzidos em 92%.

Segundo o engenheiro, foi implantada então a segunda fase, o Plano de Operação e Manutenção. “Não bastava instalar equipamentos, eram necessários o monitoramento e procedimentos confiáveis para garantir esse controle” – explicou. Nessa fase foram listadas as fontes secundárias de poluição, que apesar de menores, quando somadas tornavam-se significativas. Novo levantamento apontou mais 263 fontes, sendo 163 lançamentos por ar, 85 por água e 16 por solo. Também foi feito o projeto de reflorestamento da Serra do Mar. “A Cetesb desenvolveu um método onde sementes de espécimes nativas envoltas em gel foram lançadas, na serra, com auxílio de helicóptero”.

O reconhecimento por esse trabalho foi coroado durante a ECO 92, pela ONU (Organização das Nações Unidas), que outorgou o Selo Verde à Cubatão, como Cidade-Símbolo da Ecologia e Exemplo Mundial de Recuperação Ambiental.

A Lei Orgânica do Município de 1988, em seu artigo 189 – capítulo IV - Do Meio-Ambiente - §1º - letra C, prevê a criação de uma Fundação de Amparo à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico. Após dez anos de sua promulgação, foi instituída a Fundação Guará-Vermelho de Cubatão, atendendo a esse dispositivo e promovendo estudos científicos e técnicas avançadas para a manutenção da harmonia entre o homem e o ecossistema.

Capítulo V

Verificação e Interpretação dos dados

Segundo OLABUENAGA e ISPIZÚA (1989), a análise de conteúdo é uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem as portas ao conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessível.

A matéria-prima da análise de conteúdo pode constituir-se de qualquer material oriundo de comunicação verbal ou não-verbal, como cartas, cartazes, jornais, revistas, informes, livros, relatos autobiográficos, discos, gravações, entrevistas, diários pessoais, filmes, fotografias, vídeos, etc. Contudo os dados advindos dessas diversificadas fontes chegam ao investigador em estado bruto, necessitando, então ser processados para, dessa maneira, facilitar o trabalho de compreensão, interpretação e inferência a que aspira a análise de conteúdo.

A análise de conteúdo, em sua vertente qualitativa, parte de uma série de pressupostos, os quais, no exame de um texto, servem de suporte para captar seu sentido simbólico. Este sentido nem sempre é manifesto e o seu significado não é único. Poderá ser focado em função de diferentes perspectivas. Por isso, um texto contém muitos significados e, conforme colocam OLABUENAGA e ISPIZÚA (1989, p.185):

- (a) o sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo;
- (b) o sentido do texto poderá ser diferente de acordo com cada leitor;
- (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la com sentidos diferentes;
- (d) um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

E importante salientar que sempre será possível investigar os textos dentro de múltiplas perspectivas, conforme expressa (KRIPPENDORF, 1990, p.30):

Até este momento do nosso estudo desenvolvemos conceitos teóricos e metodológicos que orientaram essa investigação e que também serviram de base para estabelecermos um referencial empírico consistente e significativo, apesar de todas as complexidades que

reconhecemos à volta da investigação social e deste tema em especial. Pretendemos, desta maneira, estabelecer uma relação entre o conhecimento teórico produzido e o conhecimento empírico que se obteve a partir deste estudo.

A partir da análise das fontes documentais e do conteúdo das entrevistas, que posteriormente referiremos, pretendemos, igualmente, estabelecer uma relação entre os discursos e as práticas, assim como entre o processo e os resultados. Desta forma, este capítulo faz, na primeira parte, uma apresentação crítica do Plano Diretor do Município e, numa segunda parte, desenvolve-se a partir das categorias de análise beneficiando a transcrição de sensibilidades e opiniões dos atores políticos ligados ao contexto da investigação e as referências documentais a partir dos produtos escritos oficiais considerados relevantes para esta fase de investigação.

Por outro lado pensamos, também, na utilidade que a investigação poderá ter na definição de estratégias de participação social através dos processos de elaboração e implantação da Agenda21 ou de programas educativo-ambientais em contexto local.

Ciente das dificuldades inerentes ao processo de interpretação de dados qualitativos tendo em conta, entre outras potenciais fontes de distorção, a ligação do investigador enquanto cidadão e munícipe onde se desenvolve o contexto de investigação. Partindo do contexto apresentado, lançamos um conjunto de interrogações, alguns apresentados na introdução, e que, após terem orientado a pesquisa, podem ajudar-nos, nesta fase de sistematização e interpretação dos dados empíricos:

Quais os interesses subjacentes para se elaborar e implantar o Plano Diretor no Município de Cubatão?

Quais os principais desafios que o Plano Diretor considera no âmbito da Agenda21 Local?

Quais os objetivos do Plano Diretor e que tipo de instrumento se pode levar em consideração (digestão, de planeamento)?

Que conceito de desenvolvimento sustentável e de educação ambiental apresentam os responsáveis pela elaboração do Plano Diretor de Cubatão, através dos produtos elaborados, assim como os políticos?

Que respostas e estratégias são apresentadas de forma a contribuir de forma concreta para o desenvolvimento sustentável a nível local?

Quais os temas centrais destacados para o processo da Agenda21 Local?

Qual a concepção de participação social para os políticos e governantes do poder local?

Como se desenvolveram os processos participativos e as práticas educativo-ambientais durante as fases do referido plano?

Em que medida as opções político-administrativas dificultaram ou facilitaram a participação nas fases de elaboração do Plano Diretor?

Como se geraram os processos participativos no processo de elaboração desse plano?

Quem participou e quem não participou na preparação do respectivo plano?

5.1 Leitura sobre o estudo de caso

Posteriormente à leitura e análise dos produtos que resultaram da elaboração do Plano Diretor de Cubatão, consideramos oportuno fazer uma breve descrição do percurso decorrido desde a sua origem no contexto político do município até o momento atual, destacando-se o diagnóstico socio ambiental, relevante para o objeto de estudo.

Voltando um pouco ao contexto político administrativo da cidade, explicitado no Capítulo IV item 4.2, onde ficou evidenciado a necessidade urgente de atitudes de reparação ambiental, causadas pelo enriquecimento da industrialização e descaso da política ditadora da época e a exigência da construção de um Plano Diretor para a cidade. Sendo assim, após 10 anos de implantação da Nova Constituição brasileira, entrou em vigor o Plano Diretor de Cubatão, definido pela Lei Complementar nº 2.512, de 10 de setembro de 1998 e, nesta mesma data, foi aprovada a lei 2.513, que "institui normas sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo do município", ainda neste dia, 10 de setembro de 1998 foi divulgada a lei 2.514, dispendo sobre o Código de Obras e Edificações do Município de Cubatão, porem a participação cidadã apenas se faz minimamente evidente em 2006, quando Cubatão iniciou os debates, para a reformulação de seu Plano Diretor, dentro do contexto da lei federal 10257/2001, que prevê a realização de trabalhos semelhantes em todos os municípios brasileiros com mais de 20 mil habitantes, pois a falta de regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição representava dificuldades para a adequada adoção dessa política pelos municípios, hoje facilitada pela promulgação do Estatuto da Cidade, lei federal 10257/2001.

Alguns conceitos de Plano diretor:

- ✓ E o instrumento básico de um processo de planejamento municipal para a implantação da política de desenvolvimento urbano, norteando a ação dos agentes públicos e privados. (ABNT, 1991)
- ✓ Seria um plano que, a partir de um diagnóstico científico da realidade física, social, econômica, política e administrativa da cidade, do município e de sua região, apresentariam um conjunto de propostas para o futuro desenvolvimento socioeconômico e futura organização espacial dos usos do solo urbano, das redes de infraestrutura e de elementos fundamentais da estrutura urbana, para a cidade e para o município, propostas estas definidas para curto, médio e longo prazos, e aprovadas por lei municipal. (VILLAÇA, 1999, p. 238)
- ✓ É plano, porque estabelece os objetivos a serem atingidos, o prazo em que estes devem ser alcançados [...], as atividades a serem executadas e quem deve executá-las. É diretor, porque fixa as diretrizes do desenvolvimento urbano do Município. (SILVA, 1995, p. 124)

O Plano Diretor é entendido como um documento técnico que indica parâmetros e norteia a expansão das cidades por meio da demarcação das áreas do território do município aptas aos diferentes usos sociais, econômicos e ambientais e especifica a forma pela qual a ocupação dessas áreas pode ocorrer. Considera os aspectos ambientais, de mobilidade, a capacidade do território e as regras básicas de seu uso, ocupação e parcelamento.

Além de fornecer parâmetros e instrumentos para o planejamento municipal, o Estatuto estabelece expressamente que o plano diretor deve abranger todo o território municipal e garante a participação da comunidade em todo o processo e na sua implementação. Por este motivo, o Ministério das Cidades agregou, em sua campanha, um importante adjetivo ao seu nome: Plano Diretor Participativo. Isto impõe um soberbo desafio ao município, porque estão sendo chamados a promover o ordenamento das cidades: o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil, com todas as suas potencialidades e conflitos inerentes ao dinamismo socioeconômico territorial.

“Um plano diretor – como todos sabem – é acima de tudo um impacto entre a população e o seu território. Trata-se de ferramenta valiosa para compartilhar a gestão do espaço local, democratizar equipamentos urbanos, usufruir com racionalidade dos recursos naturais e fortalecer o potencial de renda e emprego de cada lugar”

Ex-Presidente: Luís Inácio Lula da Silva

Na 1ª Parte dos trabalhos, quando começou a apresentação da reformulação do Plano, foi lido pela Advogada Mariana Moreira do Instituto Metrópolis as novas obrigações trazidas pelo Estatuto da Cidade e na 2ª Parte o Arquiteto Eduardo Fontes Hotz também do instituto, versou sobre a criação do Quadro Metropolitano com as características abaixo:

A) PLANO DIRETOR E ESTATUTO DA CIDADE

Novas obrigações trazidas pelo Estatuto da Cidade

(Lei n. 10.257, de 10 de junho de 2001);

- Planejar o Município;
- Finalidade Social do Uso do Solo;
- Instrumentos da Política Urbana;
- Plano Diretor e Orçamento (PPA, LDO, LOA);
- Plano Diretor, Orçamento e Responsabilidade Fiscal;
- Gestão Democrática do Planejamento.

B) QUADRO METROPOLITANO

Criação:

- LC nº. 760 de 01/08/1994 – Regionalização e criação de RMS no ESP.
- LC nº. 815 de 30/07/1996 – Cria a RMSB, seu Conselho Metropolitano e autoriza a criação do Fundo e da Agência Metropolitanos da Baixada Santista.
- LC nº. 853 de 23/12/1998 – Cria a Agência de Desenvolvimento Metropolitano da Baixada Santista/AGEM,
- LC nº. 956 de 28/05/1999 – Transfere a AGEM da Secretaria de Transportes Metropolitanos para a Secretaria de Economia e Planejamento

Na sequência das apresentações alguns diagnósticos foram feitos: Consideramos alguns retirados do Plano relevantes a nossa análise:

- ✓ O rápido desenvolvimento deste polo industrial, num contexto histórico do país marcado pelo "desenvolvimento a qualquer custo", inserido em um ambiente frágil e

com restrições hídricas e atmosféricas, trouxe sérios problemas ambientais para o município.

- ✓ Da pequena parcela passível de ocupação, representada por apenas 25% do município, 40% são ocupados pelo polo industrial e somente 20% (5% da área total do município) são ocupados pela área urbana estruturada, ou seja, a cidade formal.
- ✓ As áreas livres, ou seja, com potencial de abrigar projetos para desenvolvimento urbano e para atividade econômica, representam 7% do município.

A audiência foi realizada nas instalações da Associação Comercial e Industrial de Cubatão (ACIC), com a presença de representantes do Executivo, do Legislativo e entidades interessadas no debate, embora aberta ao público, poucas pessoas compareceram.

No ano de 1969, Cubatão teve regulamentação do uso de solo exclusiva, com a lei n 776, que continha zoneamentos menos detalhados, sem a preocupação marcante de criar territórios de exclusividade.

O município como sabemos não possui litoral e o impacto ambiental deixou maiores sequelas que nos outros municípios da região. Cubatão ignorou a questão da habitação para os trabalhadores que se amontoavam em palafitas nos bairros das cotas ou região de mangue como no caso da Vila Esperança, maior favela do município com mais de 15 mil habitantes e a Vila dos Pescadores, que de pequena Vila, transformou-se em mais uma favela com mais de 12 mil habitantes de acordo com o último censo do IBGE 2010. Ainda de acordo com o IBGE, o censo indica que 41,5% dos cubatenses moram em favelas ou em condições precárias. Como se sabe determinados locais são de difícil acesso por se encontrarem sob manguezais e áreas de risco, dificultando a exatidão estatística, por isso estima-se que o município tenha mais da metade dos seus moradores vivendo em condições precárias.

Até os anos 90, os assentamentos incidiam apenas onde atuava o mercado formal, declarando-se assentamentos criados fora dessa área, passíveis de extinção a “longo prazo”.

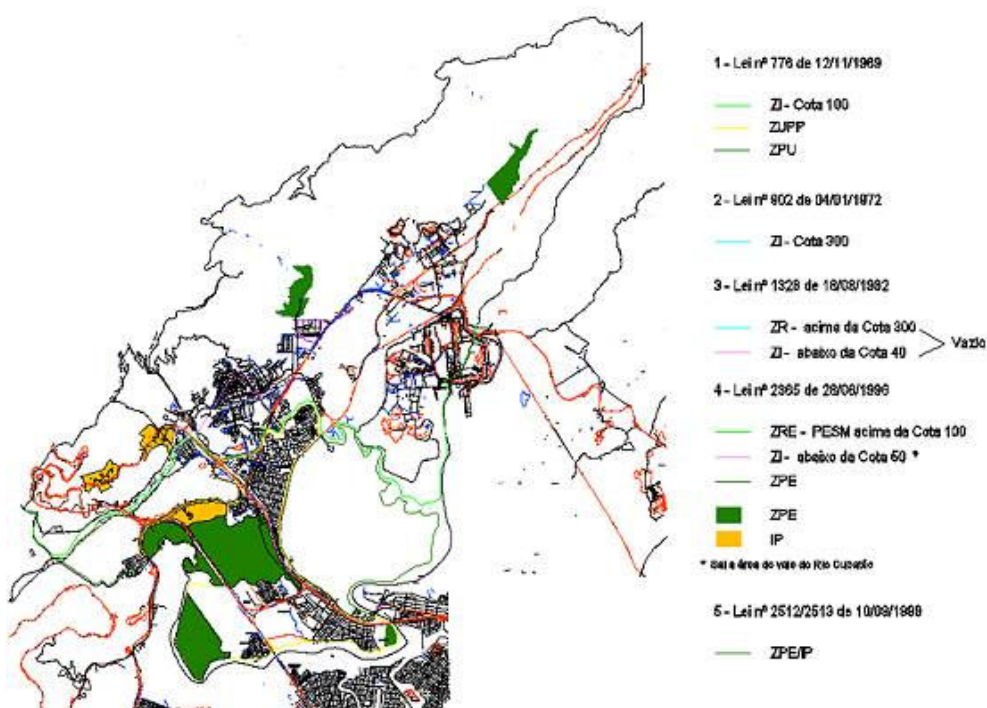
Em 1973, foi promulgada a lei dos Registros Públicos, Lei N° 6.015, que tratou do Registro de Imóveis e tornou-se obstáculo a regularização fundiária, pelas restrições criadas às transmissões imobiliárias. Em 1979, foi sancionada a Lei N° 6.766, que disciplinou o

parcelamento do solo urbano, sendo conhecida como Lei Lehnmann⁵ estabelecendo sanções a loteadores, sobretudo pela falta de infraestrutura, reserva de áreas verdes, sistema viário e equipamentos públicos. De acordo com Rolnik (1997), enquanto essa lei dificultou a regularização de novos parcelamentos, seus aspectos moralizadores permanecem, em grande medida letra morta.

A economia de Cubatão depende quase que integralmente das indústrias e é considerada a mais rica da região e 31^a do país. Em 2005, as Indústrias de Cubatão recolheram, entre benefícios e impostos, US\$ 638 milhões.

A presença no local de um dos mais importantes polos industriais do País enche os cofres municipais de impostos, mas isso não se reflete necessariamente na qualidade de vida dos moradores.

Mapa 4 :Atual legislação urbana



⁵ Criador da lei N° 6.766 Otto Cyrilo Lehnmann.

Município de Cubatão: 148 km²

Áreas urbanas: 55,37 km² - 37,4%

Áreas de preservação: 92,63 km² - 62,6%

Áreas Residenciais: 6,90 km² - 4,76%

Comércio central: 1,33 km² - 0,92%

Comércio e serviços: 8,18 km² - 5,31%

Indústrias: 21,04 km² - 14,31%

Interesse público: 17,92 km² - 12,10%

Preservação ecológica: 27,23 km² - 18,40%

PIB = R\$ 8.061.954,00 (IBGE)

Na apresentação alguns pontos-chaves foram apontados para elaboração do Plano Diretor:

PONTOS FORTES

- ✓ Localização estratégica
- ✓ Mão-de-obra técnica qualificada na região para a operação das indústrias;
- ✓ Infraestrutura industrial: energia, água, transporte;
- ✓ Controle de poluição industrial realizado pelas empresas;
- ✓ Lei Municipal de incentivos fiscais para novos empreendimentos no município;
- ✓ Áreas disponíveis para novos empreendimentos industriais.

PONTOS FRACOS

- ✓ Insuficiência de mão-de-obra qualificada;
- ✓ Imagem ambiental negativa ligada à intensa poluição ocorrida na fase inicial do Pólo;

interessado em saber se o transporte que o leva para o trabalho estará funcionando...Uma alusão feita quando houve em 12/11/2012 uma greve na cidade por parte dos motoristas e cobradores por falta de pagamento da Prefeitura a empresa”

- Diretor Secretário da Câmara Municipal de Cubatão: Jose Roberto Duarte Bonavides Mestre em Direito (Professor da Unimes e Unimonte) disse sentir se honrado em trabalhar no Poder Legislativo cubatense, cuja cidade tem ligações com sua família:

“Sinto-me muito honrado de poder trabalhar no Poder Legislativo, como Diretor-Secretário. Meu tio-avô, Dr. Gervásio Bonavides foi curador da Comarca, no ano de 1927”.

Foi atencioso e se mostrou aberto em seu atendimento, nos mostrou documentos relativos ao histórico político... Mantendo se neutro nas questões políticas de âmbito executivo.

Deste modo, identificamos, para a análise de conteúdo, um conjunto de categorias de análise e subcategorias de análise, à priori, e outras que foram surgindo do material empírico à medida que entrávamos neste “mundo” particular da investigação.

A manipulação de categorias e subcategorias de análise adotou uma lógica que incidiu na descoberta de relações entre elas de forma a permitir-nos explorar e descobrir indicadores do processo, fundamentalmente as manifestações convergentes e/ou divergentes entre os discursos verbalizados, as práticas políticas e os processos e as iniciativas oficiais tendentes a facilitar (ou não) a participação social; com a finalidade de encontrarmos uma resposta às questões formuladas neste estudo. Sendo assim, colocamos algumas questões que foram oportunamente apresentadas de forma perceptiva e a partir do material empírico, contrastando-as permanentemente com os diversos aspetos do problema investigado.

Categorias de Análise:

Quadro 7 : Categorias de Análise

A priori	A partir do material empírico
✓ participação social	✓ comunicação ambiental
✓ educação ambiental	✓ escola / comunidade educativa
✓ desenvolvimento sustentável	

Quadro 8: Participação social

Subcategorias de Análise	
Definidas a priori	Definidas a partir do material empírico
<p>01-A participação como processo educativo – enfoque implícito ou explícito;</p> <p>02- Conceitos dos políticos sobre participação: um processo político, social ou técnico - enfoque implícito ou explícito;</p> <p>03- Os espaços onde se geram processos participativos (públicos e da sociedade civil) - ambientes: sociais, culturais, educativos, ambientais, desportivos, religiosos, políticos, etc.;</p> <p>04- A percepção dos políticos sobre os instrumentos de participação, por iniciativa pública ou da sociedade civil: os canais, os momentos, os documentos, as circunstâncias, etc.;</p> <p>05- Percepção dos políticos sobre as motivações ou os problemas ambientais que geram a participação dos cidadãos;</p>	<p>01. Como são entendidas as responsabilidades do exercício das funções políticas em matéria de participação ambiental;</p> <p>02. A educação como estratégia para promover uma cultura de participação;</p> <p>03. Os aspetos funcionais e administrativos que facilitam ou dificultam os processos participativos entre políticos e cidadãos;</p> <p>04. A percepção dos políticos sobre o exercício do executivo em função da promoção e participação social nas políticas locais de meio ambiente;</p> <p>05. Opinião dos políticos sobre os níveis de participação a aplicar nas políticas</p> <p>06. As relações entre os processos participativos e a gestão de conflitos nas estratégias locais de sustentabilidade;</p> <p>07. Percepção dos políticos e governantes locais, sobre os níveis de participação durante a preparação do Plano Diretor</p>

Quadro 9: Educação Ambiental

Subcategorias de Análise	
Definidas a priori	A partir do material empírico
<p>01- Os conceitos dos políticos do poder local sobre meio ambiente e educação ambiental nas estratégias locais de sustentabilidade;</p> <p>02- A percepção dos políticos sobre o papel dos diferentes agentes locais na promoção da educação ambiental;</p> <p>03- Estratégias apontadas pelos políticos para a promoção da educação ambiental no município de Cubatão.</p>	<p>01. Razões apontadas pelos políticos que justificam a integração de estratégias locais de educação ambiental;</p> <p>02. As práticas educativo-ambientais desenvolvidas no âmbito da preparação e elaboração do referido Plano.</p>

Quadro 10: Desenvolvimento Sustentável

Subcategorias de Análise	
definidas a priori	a partir do material empírico
<p>01- Os conceitos dos atores políticos locais sobre desenvolvimento sustentável referente às políticas locais de sustentabilidade;</p> <p>02- As estratégias indicadas pelos políticos como pressupostos para se promover o desenvolvimento sustentável a nível local;</p>	<p>01. A percepção dos políticos sobre os fatores que condicionam a aplicação de estratégias locais de sustentabilidade;</p> <p>02. O conhecimento dos políticos sobre a Agenda21 Local e sobre o processo de elaboração do Plano Diretor;</p>

Quadro 11: Políticas Ambientais

Subcategorias de Análise	
Definidas à priori	A partir do material empírico
01. Conceito dos políticos sobre as políticas ambientais e de sustentabilidade que estão a ser aplicadas no município; 02. Como os políticos locais avaliam o Plano no âmbito das políticas de meio ambiente e desenvolvimento sustentável definidas;	1- Razões apontadas para as opções pelas políticas ambientais existentes no município; a partir do material empírico; 2- Razões, apontadas pelos políticos, que justificam integrar políticas ambientais ao nível local; 3- As potencialidades ambientais locais na perspetiva dos políticos;

Quadro 12: Comunicação ambiental

Subcategorias de Análise
A partir do material empírico
01. Os processos de comunicação entre os políticos e governantes do poder local; 02. Processos de comunicação entre os políticos e governantes do poder local e a Assembleia Municipal sobre questões do ambiente e desenvolvimento sustentável; 03. Processos de comunicação entre os políticos e governantes do poder local e a sociedade civil.

Quadro 13: Rede de ensino – Sistema educativo

Subcategorias de Análise
A partir do material empírico
01. O papel da escola no âmbito da participação social; 02. A escola e a educação ambiental; 03. A escola e o desenvolvimento sustentável; 04. A escola e a democracia.

Os fatores de destaque na análise do conteúdo são por um lado, a exemplo da categorização da esfera pública, o domínio do discurso necessário para combate aos vínculos de risco, herança da sociedade industrial. E por outro a contemplação do discurso integrativo e de negociação, que requerem competências complexas, mas que, no entanto a se pautar pela pouca demonstração representativa das demais evidências, exigirá um esforço potencial nesta fundamentação.

Todos estes aspetos têm como base as categorias e subcategorias detetadas na decomposição e recomposição dos materiais recolhidos para tentar responder ao objeto de estudo e aos objetivos definidos para este trabalho de investigação.

5.3 Estratégias de participação social

A participação social vem se tornando uma prática crescente no Brasil desde o processo de redemocratização nos anos oitenta, em que a participação popular recebeu tratamento privilegiado, especialmente no que se refere aos recursos públicos, e consequentemente aos orçamentos participativos que começaram a desenvolver-se no Brasil a partir desta década, marcada no país com muitos episódios importantes, tanto na história política, como na administração pública.

Evidenciamos também que em consonância com os demais processos já referidos que em 21/9/2009, no Bloco Cultural de Cubatão, com a Prefeita (PT) eleita no seu primeiro mandato, Marcia Rosa, deu-se a escolha dos primeiros 31 Agentes do Orçamento Participativo; representando sete núcleos habitacionais cubatenses; apresentação e debate do Orçamento Participativo de Cubatão para 2010, marco na história do município.

Segundo Pires (2001) não há na literatura um modelo de metodologia de elaboração do orçamento participativo, ou um modelo ideal que sirva a todas as realidades municipais. Desse modo cada gestor deve identificar a metodologia que melhor o auxiliará a elaborar um planejamento participativo, que beneficie tanto a administração municipal quanto a população. Mas há um procedimento legal que deve ser seguido, seguindo essa ordem: 1. Preparação e conexão com o planejamento; 2. Elaboração do orçamento; 3. Tramitação legislativa (análise, discussão, alteração por meio de emendas, caso seja necessário, e aprovação da proposta de Lei Orçamentária); 4. Execução orçamentária; e 5. Fiscalização das contas.

Entendemos que as estratégias de participação social bem como do desenvolvimento local se associe a diferentes categorias de análise na esfera do poder público, deste modo fica evidente a elaboração de planos que resultem num processo de participação cidadã. No caso nosso, focalizamos o estudo na implementação do Plano Diretor em consonância com a Agenda 21 Local, assim no que diz respeito ao Plano, alguns itens foram definidos *a priori* como desafios para o desenvolvimento:

1. Construção de identidade forte, específica e de liderança regional para o Município de Cubatão;
2. Priorização da proteção, recuperação e desenvolvimento ambiental sustentável;
3. Desenvolvimento econômico sustentável com crescimento de renda e receita;
4. Atingir nível de excelência de qualidade de vida urbana no Município;
5. Atingir nível de excelência em Educação e Saúde;
6. Ampliação da informação e capacitação da população para participar nos processos de gestão do planejamento municipal;
7. Qualificação técnica, gerencial e organizacional da administração pública;
8. Implantação do Sistema de planejamento e do Plano Diretor.
9. Comprometer-se com o desenvolvimento metropolitano macrorregional e seus reflexos no município de Cubatão;
10. Incorporar as propostas regionais e municipais da Agenda 21 no Plano Diretor e as específicas nos respectivos campos setoriais;
10. Estabelecer, onde necessário, a exigência de Política Pública própria a cada campo setorial.
11. Garantir a presença do município nas discussões que digam respeito aos seus interesses na esfera metropolitana, macrorregional e estadual.

Consolidar as ações voltadas ao Desenvolvimento Ambiental em uma Política Municipal de Meio-Ambiente e respectivos Planos de Ação, visando o contínuo fortalecimento da expressão ambiental do Município.

Diretrizes para o Desenvolvimento Ambiental:

Na Recuperação:

1. Definir, desenvolver e induzir programas de recuperação e utilização das áreas essenciais à qualidade do ambiente físico, econômico, social e cultural;
2. Equacionar a situação das áreas de invasão e de risco e implementar as soluções propostas;
3. Criar programas de recuperação de cada área a recuperar ambientalmente, sob proteção legal do Município, inclusive quando sob domínio privado, estabelecendo seus critérios de recuperação e as obrigações dos proprietários.

Na Preservação:

1. Definir, desenvolver e induzir programas de preservação e requalificação das áreas essenciais à caracterização da paisagem natural, dos cursos d'água, da flora e da fauna nativas e das áreas de proteção legal do patrimônio natural, paisagístico e histórico;
2. Criar programas de recuperação de cada área a preservar ambientalmente, sob proteção legal do Município, inclusive quando sob domínio privado, estabelecendo seus critérios de preservação e as obrigações dos proprietários;
3. Desenvolver estudos e levantamentos detalhados nas áreas de preservação, estabelecendo os respectivos zoneamentos de uso e planos de conservação e manejo.

Na Sustentabilidade Económica:

1. Definir, desenvolver e induzir programas de sustentabilidade econômica nas áreas ambientais destinadas a tal fim, permitidas por lei.

Na Gestão Ambiental:

1. Estabelecer acompanhamento permanente de qualidade da água para o abastecimento público;
2. Estabelecer acompanhamento permanente integrado a processo sócio educativo ambiental e sanitário junto aos núcleos de habitação irregulares e subnormais até a regularização de suas situações;
3. Desenvolver proposições de alternativas para a disposição final de resíduos sólidos do Município.
4. Fomentar programa de coleta seletiva no Município.

Diretrizes para o Desenvolvimento do Uso do Solo:

No Macro Zoneamento:

1. Desenvolver macro zoneamento compatível com as características físicas da geografia local, considerando suas aptidões e os vetores de desenvolvimento físico de cada uma;
2. Desenvolver proposição de Macrozoneamento considerando as Predominâncias de Uso Ambiental e Uso Urbano;
3. Desenvolver objetivos e princípios gerais para cada macrozona otimizando, integrando e equilibrando o tratamento a ser dado posteriormente, pelo zoneamento, às atividades permitidas, toleradas ou proibidas;
4. Incorporar princípios e definições estabelecidos no macrozoneamento costeiro;
5. Desenvolver as possibilidades de preservação, recuperação e manutenção de áreas ambientalmente protegidas por meio de recursos definidos em lei, oriundos da atividade econômica, com base no macrozoneamento e no zoneamento, nos estudos de impactos ambientais e correspondentes compensações;
6. Estruturar, sempre que possível, a gestão das áreas ambientalmente protegidas do Município integrando a participação social.

No Zoneamento, na compatibilidade dos usos e atividades e no parcelamento do solo:

1. Propor política de desenvolvimento urbano com adequado zoneamento, uso do solo e parcelamento do solo;
2. Propor criação de Sistemas Urbanos para racionalizar e articular o tratamento de questões similares de forma integrada (áreas verdes, circulação e viário entre outros);
3. Tratar diferenciadamente áreas de interesse para o desenvolvimento municipal ou para o tratamento de questões de amplo impacto através da utilização das Áreas Especiais (de interesse urbanístico, de interesse social, entre outras);
4. Articular as características do uso do solo com a estrutura viária e correspondente hierarquia de vias;

Nos Instrumentos da Política Urbana:

1. Avaliar a oportunidade da aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade.

Na qualificação do espaço urbano:

1. Caracterizar e reforçar a centralidade urbana principal considerando a necessidade de requalificação do espaço urbano;
2. Caracterizar e orientar o desenvolvimento de soluções para as áreas regularmente ocupadas e para as áreas de ocupação irregular;
3. Implantar programa de requalificação urbana com ênfase nos espaços públicos e de lazer.

5.4 Programas de Educação Ambiental

As respostas a este desafio ecológico têm sido múltiplas e variadas. Condiionadas pela própria complexidade da problemática ambiental, romperam os limites do discurso conservacionista ao qual estavam circunscritas, dando origem a novos movimentos sociais, institucionalidade políticas, sensibilidades, valores e saberes, enfim, a um novo campo – o campo ambiental.

Destacam-se neste campo um conjunto de atores, práticas e políticas que nele se inscrevem a partir de uma estratégia específica para o enfrentamento da crise ambiental e que consiste na associação entre educação e meio ambiente. A profundidade e o estreitamento desta relação tem qualificado a própria educação como educação ambiental e os seus atores como educadores ambientais.

Dentre os programas de educação ambiental recente citamos o “Cubatão Sustentável”. O projeto é resultado de parcerias entre a Secretaria do Meio Ambiente, o Ministério Público Estadual, a USP, o setor industrial e a sociedade civil.

O projeto, com foco no Parque Ecológico do Perequê, foi apresentado em 2011 “mais do que a tempo” com a iniciativa de órgãos do Estado, através da Secretaria do Meio Ambiente (SMA) e a Companhia de Tecnologia Ambiental do Estado de São Paulo (CETESB), o Ministério Público Estadual (MPE), a Universidade de São Paulo (USP), o setor industrial e a sociedade civil. O aporte de R\$ 1,9 milhão é oriundo de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) firmado pelo MPE e a Anglo American Copebrás.

O projeto será executado pelo Centro de Pesquisa e Capacitação em Meio Ambiente (Cepema), da USP, em parceria com o Programa de Jovens, Meio Ambiente e Integração Social (PJMais), que teve início na Reserva da Biosfera do Cinturão Verde de São Paulo e Instituto Florestal, da SMA. Um dos focos do PJMais, vinculado ao Núcleo de Educação Ecoprofissional de Cubatão, com origem no Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar e parceria da Prefeitura de Cubatão e da Coordenadoria de Educação Ambiental da secretaria.

O programa “Cubatão Sustentável” pretende transformar o Parque Ecológico do Perequê em áreas de lazer, pesquisa e preservação ambiental. O programa está dividido em seis componentes: Elaboração de Plano de Manejo do Parque; Instalação e operacionalização de viveiro de mudas de espécies nativas; Restauração e reflorestamento de áreas do parque do seu entorno; Pesquisa, avaliação com diagnóstico do ecomercado de trabalho; apoio logístico às atividades de educação ambiental do PJMais; e Promoção da participação dos jovens do PJMais nas atividades de educação ambiental.

Conclusões e Considerações Finais

VI – Conclusões

“O reconhecimento da importância da participação das associações civis no processo de planeamento urbano foi uma das heranças da Constituição de 1988 que levou a importantes mudanças institucionais a nível local”.

SANTOS, Boaventura de Sousa

Baseando-se nos resultados da análise documental, no conteúdo de entrevistas e na vivência no campo de atuação para a realização do estágio, podemos concluir que é fundamental que haja interligação de qualquer um dos temas apresentados, de modo a fazer sentido ao seu público-alvo, ou seja, fazer parte da realidade cotidiana destas pessoas.

Embora, notemos essa condição para a participação social por meio da implementação do Plano Diretor em sintonia com a Agenda 21, sabemos que os diálogos nem sempre possuem canais abertos e na maioria das vezes estão atrelados à diferentes classes partidárias no âmbito local. Assim, consideramos que as políticas públicas por meio da participação dos grupos minoritários ainda é demasiado aquém do que se propõem nas leis.

O desafio que buscamos na Educação Ambiental, por meio de uma visão “Soroptimista” é a transformação de uma forma consolidada, com a integração e atuação de todos os grupos inerentes ao meio, da realidade socio ambiental da comunidade.

Considerações Finais

Pretendemos ampliar este ensaio em forma de tese aprofundando o estudo nos grupos minoritários. No nosso caso em particular, no grupo das mulheres locais. Para tanto, discursar sobre as condições e perspectivas que as mulheres fazem sobre as questões acima apresentadas, dando ênfase as práticas das políticas públicas adotadas para amenização dos desafios locais evidenciados.

Bibliografia

ATAIDE, FRANK DE ALMEIDA - Vila Socó – a tragédia anunciada em Cubatão. (2005)

AMERICO BARBOSA, Agenda 21 de Cubatão - Uma história feita por muitas mãos / Dirce Alves - Cubatão: CIDE/CIESP, 2012. – 200

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 1997Lisboa: Edições 70.

BARROS, A. J. S.; LEHFELD, N. A. S.. A Pesquisa Científica: a coleta de dados. In: _____, Fundamentos de metodologia científica: um guia para iniciação científica. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2000. cap. 7. p. 89-100.

BECK, U. La Sociedad del Riesgo Global. Madrid: Siglo XXI de España - Editores, 2006. 290 p.

BERH, M.V.; Cunha, I.; Britto, F. Cubatão: Força da Vida. São Paulo: Somos Editora, 2009

BRUNDTLAND, G. H.. RELATÓRIO COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. 2.e.d. Rio de Janeiro : FGV, 1991.

CARIDE, J. A. e MEIRA, P. A. (1995). A perspectiva ecológica: Referências para o conhecimento e a praxis educativa. Em: DIAS, A. (org.). Novas metodologias em educação. Porto Editora. Porto. 137-169.

CARMO, Silvia C. Bacellar. Câmara e Agenda 21 Regional - Para uma Rede de Cidades Sustentáveis - A Região Metropolitana da Baixada Santista. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2004.

CEZERO, A. (1997). Los documentos de Rio: declaración de principios, la agenda21, convénios internacionales, fórum global.Madrid: Cento de Publicaciones, Ministerio de Medio Ambiente.

CETESB/SÃO PAULO. Controle da Poluição ambiental em Cubatão. Editora São Paulo

COUTO, JOAQUIM MANOEL - Industrialização, Meio Ambiente e Pobreza: O caso do Município de Cubatão 1ª Edição (2012)

CUBATAO 2020 - A Cidade que Queremos – Agenda 21 - Realização Centro de Integração e Desenvolvimento Empresarial da Baixada Santista Cubatão: Ciesp, 2006

EEA Report nº11/2005 da European Environment Agency. Disponível em: <http://www.eea.europa.eu> > . Acesso: 03/04/2012

ESFERAPÚBLICA.ORG. Conceito. Disponível em: < <http://esferapublica.org> > Acesso em: 13 ago 2012.

DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DA BAIXADA SANTISTA: Ciesp, 2006

FERREIRA, Cesar Cunha, BORGES, Wellington Ribeiro e TORRES, Francisco Rodrigues. Cubatão: Caminhos da História – Cubatão, SP: Ed. Do Autor

FÓRUM INTERNACIONAL DAS ONGs. Tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global. Rio de Janeiro, 1995.

FREIRE, Paulo: Política e Educação : ensaios / Paulo Freire. – 5. ed - São Paulo, Cortez, 2001.

GONZALEZ, Benito Martinez e LICCO, Eduardo Antonio - A Agenda 21 no Município de Cubatão: Tese Senac – SP – Agosto 2010

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO - A batalha do Meio Ambiente no Governo Montoro. (1987)

HAGUETTE, T. (1995) – Metodologias qualitativas na Sociologia, Petrópolis: Vozes.

MATURANA, H; VARELA, F. J. A Árvore do Conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana. São Paulo: Palas Athena, 2005. 283 p.

OLABUENAGA e ISPIZÚA Análise de Conteúdo (1989, p.185)

RAMOS, A. G.. A Nova Ciência das Organizações: uma reconceituação da riqueza das nações. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV. 1989. 210 p.

REPENTE: Política Pública como garantia de direitos. São Paulo: Pólis - Instituto de estudos, Formação e Assessoria em Políticas Sociais, n. 26, dez. 2006.

PAOLI, Maria Célia. Empresas e responsabilidade social: os enredamentos da cidadania no Brasil. In: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

PINTO SOUZA, Celia do Carmo e TORRES, Francisco Rodrigues - Vila Parisi (1991)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUBATÃO - Relatório de avaliação ambiental

RAMOS-PINTO, J. e MEIRA-CARTEA, P. (2003). "Educación Ambiental y Diversidad Cultural - Procesos de participación social en la Agenda21 Escolar como estrategias para la Sostenibilidad".

SANTOS, Boaventura de Sousa (Org.). Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SAUVÉ, L. e ORELLANA, I. (2003). A formação continuada de professores em educação ambiental: A proposta do EDAMAZ. Em: SANTOS, J.E. e SATO, M.. A contribuição da educação ambiental à esperança de Pandora. 2ª edição.

SOUZA, Betinho e RODRIGUES, Carla: Ética e Cidadania, 2005 2ª edição

Principais páginas web consultadas

Novo milênio		
Endereço eletrônico:	http://www.novomilenio.inf.br	
	Comentário pessoal sobre a consulta	
	Consulta e recolha de informação: Dados estatísticos.	
Cidade de Cubatão		
Endereço eletrônico:	http://www.cidadecubatao.com.br/historia.htm	
	Comentário pessoal sobre a consulta	
	Consulta e recolha de informação: Dados estatísticos.	
Camará municipal de Cubatão		
Endereço eletrônico:	http://www.camarcubatao.sp.gov.br/	
	Comentário pessoal sobre a consulta	
	Consulta e recolha de informação: Atas das reuniões de câmara públicas; Atas das reuniões da assembleia municipal; Dados referentes à constituição dos órgãos do poder local.	

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**Endereço
eletrônico:**

<http://www.ibge.gov.br/home/>



**Comentário pessoal
sobre a consulta**

Consulta e recolha de
informação:
Dados estatísticos.

Anexo

Anexo 1: Lista de acrônimos

Anexo 1: Lista de Acrônimos

ABNT	Associação Brasileira de Normas e Técnicas
Acic	Associação Comercial e Industrial de Cubatão
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPEMA	Centro de Pesquisa e Meio Ambiente de Cubatão/Poli USP
CETESB	Companhia de Tecnologia de Saneamento Básico
CIDE	Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico
CIESP	Centro das Indústrias do Estado de São Paulo
CIESP	Centro das Industrias do Estado de São Paulo
CNUMAD	Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferencia das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento
CONDEMA	Conselho Municipal de Meio Ambiente
CPDS	Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável
CRM	Centro de Referência da Mulher
DF	Distrito federal
DTS	Doença Sexualmente Transmissível
EA	Educação Ambiental
EP	Educação Popular
ETEC	Escola Técnica Estadual
FIESP	Federação das Industrias do Estado de São Paulo
FUNDEF	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
LDB	Lei de diretrizes e bases
LDO	Lei de diretrizes orçamentárias
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEC	Ministério da Educação
MMA	Ministério do Meio Ambiente
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Plano de Atenção é Educação
PPA	Programa do Plano Plurianual
PPA	Plano Plurianual
PRONEA	Programa Nacional de Educação Ambiental
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democrata Brasileira
REBEA	Rede Brasileira de Educação Ambiental
SEDUC	Secretaria do Estado de São Paulo

SISNAMA	Sistema Nacional de Meio Ambiente
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
UC	Unidade de Conservação
UNICEF	Fundação das Nações Unidas para a Infância
VTI	Valor da Transformação Industrial